

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

Gabriela Torquato Fernandez
Manuela Lourenço do Amaral Malheiros
Patrícia Thomé de Souza Prette

REFLEXOS NA SOCIEDADE DA ATUAÇÃO
DO CONSELHO DA CIDADANIA DE BELTERRA-PA

SÃO PAULO - SP
2012

Gabriela Torquato Fernandez
Manuela Lourenço do Amaral Malheiros
Patrícia Thomé de Souza Prette

REFLEXOS NA SOCIEDADE DA ATUAÇÃO
DO CONSELHO DA CIDADANIA DE BELTERRA-PA

Relatório de Pesquisa apresentado à Escola de
Administração de Empresas de São Paulo da
Fundação Getulio Vargas como requisito para
o Projeto Conexão Local ciclo 2012.

Campo de conhecimento: Administração

Responsável: Cecilia Ferraz

Supervisora: Graziela Azevedo

Centro de Estudos/Linha de pesquisa: GVCES

Projeto: Sustentabilidade

SÃO PAULO - SP
2012

Gabriela Torquato Fernandez
Manuela Lourenço do Amaral Malheiros
Patrícia Thomé de Souza Prette

REFLEXOS NA SOCIEDADE DA ATUAÇÃO
DO CONSELHO DA CIDADANIA DE BELTERRA-PA

Relatório de Pesquisa apresentado à Escola de
Administração de Empresas de São Paulo da
Fundação Getulio Vargas como requisito para
o Projeto Conexão Local ciclo 2012.

Campo de conhecimento: Administração

Data da aprovação: ____/____/____

Avaliadores:

Supervisor

Responsável

Coordenador da Iniciação Científica

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	5
1.1 Apresentação do tema e sua relevância.....	5
1.2 Revisão da literatura e identificação da lacuna.....	6
1.3 Objetivos do trabalho.....	7
1.4 Pergunta da pesquisa.....	8
1.5 Estrutura do plano de trabalho.....	8
2 REFERENCIAL TEÓRICO	10
3 METODOLOGIA.....	15
4 RELATO	22
4.1 Entrevistas.....	22
4.2 Organização para a coleta e análise dos dados	25
4.3 Belterra e a pesquisa.....	28
5 CONTOS CONFESSIONAIS.....	31
6 ANÁLISE DOS DADOS	33
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
8 REFERÊNCIAS.....	42
9 ANEXOS.....	44
Anexo 1. Roteiros de entrevistas	44
Anexo 2. Roteiro de sistematização	47
Anexo 3. Entrevistas Sistematizadas	49
Anexo 4: Documentação Fotográfica	110

1 INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação do tema e sua relevância

Conforme o passar de gerações e os variados povos que viveram em terras brasileiras, criou-se um ambiente propício ao florescimento de sociedades, populações e comunidades em geral, que procuraram obter ferramentas capazes de conciliar a sobrevivência de todos da melhor maneira possível. No Brasil, ao longo de sua história, observou-se um amplo aproveitamento de suas qualidades para a agricultura, pecuária e, principalmente, o extrativismo - fatores relevantes na vinda de imigrantes, mesmo em se tratando do deslocamento dos povos dentro do próprio país, caracterizando períodos históricos e culturas de diversos locais brasileiros.

Em meados do século XIX, com a expansão do comércio da borracha, a região Amazônica brasileira passou a funcionar como provedora de uma das principais matérias-primas da época, sendo a plantação e aproveitamento das seringueiras uma atividade extremamente relevante ao período. Em meio a essa movimentação econômica, destacou-se uma região ao Oeste do estado do Pará, às margens do Rio Tapajós, escolhida por Henry Ford para sua instalação e exploração: a “futura Fordlândia”. O projeto seguiu em frente por alguns anos, entretanto, acompanhando o final da 2ª Guerra Mundial, o planejamento saiu de foco e passou a declinar gradualmente. A região ficou, então, sob jurisdição do Ministério da Agricultura para só ser emancipada durante a década de 90 como o município de Belterra (PREFEITURA DE BELTERRA, 2012).

A sua população é atualmente constituída por 16.313 habitantes de acordo com o último censo, sendo que 65% dessas pessoas vivem na área rural, que por sua vez, corresponde a 90% do território do município (IBGE, 2010). Em um cenário como este, o engajamento dos cidadãos surge como potencial instrumento para que o governo possa trabalhar de forma mais democrática, visando à melhoria da qualidade de vida, já que grande parte das questões públicas surge a partir da demanda da própria população.

O crescimento demográfico e a mudança na estrutura de urbanização estimulam o surgimento de conflitos envolvendo questões sociais que afetam o cotidiano das pessoas. Isso faz com que estas passem a se organizar em associações, comunidades e grupos que representem os interesses de um número maior de pessoas com pensamentos, condições ou necessidades similares. A partir disso, tem-se uma posição dessas pessoas perante o governo e a sociedade e, com o desenvolvimento dessa estrutura de representação, criam-se os espaços

de participação, onde cada grupo é capaz de lutar por uma determinada causa, em defesa de um interesse em comum, contribuindo, por fim, para o desenvolvimento local.

Esses espaços participativos se mostram com a função de um espaço de deliberação, dentro do qual as pessoas podem ter a oportunidade de participar da vida pública, defendendo os interesses do grupo que representam. Essa característica possibilita a existência de espaços mais democráticos e também, contribui para que as políticas criadas possam ser mais facilmente aceitas pela população, já que muitos participaram do processo de decisão.

O objeto de estudo da presente pesquisa é justamente um desses espaços participativos, especificamente no município de Belterra: o Conselho da Cidadania. Deve-se considerar também sua relevância para o campo da Administração Pública, uma vez que é um espaço onde são criadas políticas públicas e são feitos planejamentos municipais, envolvendo a gestão local e contribuindo para o seu desenvolvimento.

O horizonte da pesquisa é saber se e como espaços participativos, como grupos e associações, contribuem para o empoderamento da população, focando, neste caso, no Conselho da Cidadania de Belterra. Deseja-se compreender, assim, a motivação dos atores envolvidos e quais são estes, procurando entender como é feita a articulação entre os espaços, a sociedade e os órgãos públicos, além de analisar a influência destes aspectos na população local, em seus ideais e instrumentos em relação às ações do governo local.

1.2 Revisão da literatura e identificação da lacuna

O tema da pesquisa se mostra fortemente atual, visto que cada vez mais se procura instigar um maior interesse da população por aspectos da política bem como, conseqüentemente, a participação dos cidadãos no campo da administração pública. Além disso, em outros segmentos da sociedade, como no próprio mundo corporativo, os incentivos estão cada vez maiores para que os funcionários participem cada vez mais da tomada de decisão, ou mesmo da mobilização e discussão de determinados temas, tornando-se agentes mais ativos de mudança, e principalmente, fortalecendo a necessidade e importância do trabalho em equipe e da valorização da co-criação.

Tal mudança se deve, principalmente, em razão da percepção a respeito dos impactos positivos do envolvimento de todos os indivíduos no processo de criação, visto que há maior quantidade de insumos e informações privilegiadas para quem vivencia o processo, adicionando valor ao produto final e aprendizado pessoal.

Como melhor será explorado no item 2 - Referencial Teórico - há uma série de atores e artigos que discorrem a respeito da importância da participação e empoderamento da população em geral, suas consequências diretas e indiretas, além do desenvolvimento local. Entretanto, os casos brasileiros sobre participação civil englobam, em sua maioria, grandes cidades, ou mesmo, locais com maior privilégio de acesso a informações e qualificação da população, a exemplo do caso brasileiro retratado no artigo de Archon Fung (2003, p. 360).

Dessa forma, considerando-se o contexto e o modelo de trabalho, a equipe encontrou em Belterra um cenário diferenciado para pesquisar acerca do tema proposto, de modo a obter insumos específicos capazes de embasar uma análise como essa, enfatizando-se a possibilidade de existência de espaços participativos característicos.

1.3 Objetivos do trabalho

O trabalho possui como objetivo geral pesquisar, analisar e compreender, majoritariamente, a contribuição dos espaços participativos sociais nas questões de administração pública do município, com foco no Conselho da Cidadania de Belterra, procurando compreender como decorreu sua constituição e como este passou a influenciar a população.

Para que se possa fazer uma análise dessa magnitude, torna-se necessário adquirir conhecimento sobre informações específicas, voltadas aos objetivos mais centralizados do trabalho, como relativas ao processo de elaboração do Plano Diretor Participativo da cidade, à constituição do Conselho da Cidadania de Belterra (realizados em 2007), ao mapeamento dos atores envolvidos nos respectivos projetos, à identificação dos resultados obtidos por meio da atuação do Conselho e à sua relação com outros espaços de participação local. Será analisado, também, como se apresenta a estrutura do Conselho nos dias de hoje e sua real importância à população local.

Procura-se entender melhor a aliança entre o engajamento populacional sobre causas sociais e o governo da cidade, em que a cobrança por atitudes governamentais foi ultrapassada, dando lugar a espaços participativos nas comunidades, capazes de contribuir de maneira diferenciada para a estrutura municipal e a qualidade de vida oferecida pela região.

Deseja-se observar ainda, possíveis consequências sobre as práticas administrativas, procurando saber se estas melhoraram, quais foram suas principais influências e mudanças a partir da intervenção, no governo local, do associativismo

populacional, o qual permitiu uma nova forma de controle sobre as práticas locais que envolvem os cidadãos e suas mudanças de vida.

Em suma, entender a formação de associações e sua consequente capacidade de influenciar a administração e a elaboração das ações públicas acerca do município e da sociedade em geral, constituem o principal foco da pesquisa. Para tanto, almeja-se obter o conhecimento suficiente para entender tais situações, envolvendo, principalmente, o modo de vida social adotado por determinada população em um lugar distante dos principais centros econômicos e políticos do Brasil.

1.4 Pergunta da pesquisa

A pergunta de pesquisa procurou abranger três pontos principais, os quais envolvem a *percepção* das problemáticas sociais pela população e, seu consequente rearranjo em grupos, associações e comunidades dispostos a discutir e procurar soluções; a maneira como tornam *realidade* uma determinada organização e os princípios sobre os quais está estruturada, consagrando a sua existência como espaço participativo; e, por fim, como essa organização pode *impactar* sobre a administração municipal e, consequentemente, sobre a vida dos seus cidadãos, a curto e longo prazo.

Seguindo aspectos como esses, chegou-se à seguinte questão:

"Se e como o desenho institucional do Conselho da Cidadania de Belterra reflete seu poder de atuação frente à sociedade?"

Procurar-se-á saber mais sobre o desenho institucional de um dos órgãos municipais, o qual visa, primariamente, compartilhar as decisões de forma participativa entre os cidadãos belterrenses. Outro ponto de destaque envolve a necessidade de compreensão de como é embasada sua estrutura, com vistas ao constante incentivo à participação da população e envolvimento nas questões públicas, chegando por fim, à análise dos seus possíveis impactos na sociedade local.

1.5 Estrutura do plano de trabalho

O conteúdo do trabalho está estruturado em seis seções, além da presente introdução. A próxima seção apresenta reflexões teóricas sobre a pesquisa, discutindo temas como participação, empoderamento, desenvolvimento local e desenho institucional de espaços participativos. Em seguida, o trabalho apresenta a metodologia utilizada no preparo,

coleta e análise dos dados de pesquisa. A quarta seção traz o relato dos dados coletados no município de Belterra-PA a partir da indicação dos atores entrevistados e da organização realizada pelas pesquisadoras para a coleta e análise dos dados, além da apresentação de informações gerais sobre o município. O trabalho segue com os chamados “contos confessionais”, depoimentos pessoais das três pesquisadoras-autoras sobre a experiência pessoal e acadêmica de participar do Programa Conexão Local. A sexta seção apresenta considerações sobre a pergunta de pesquisa à luz das contribuições teóricas de Archon Fung acerca das escolhas de desenho institucional de mini-públicos. Por fim, o trabalho é concluído com as principais reflexões das autoras sobre a pesquisa realizada no município de Belterra.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

De modo a melhor embasar a pesquisa a ser realizada, além do conhecimento necessário a respeito das especificidades do meio em que o município de Belterra-PA está inserido, bem como as dos atores regionais, faz-se necessários alguns conhecimentos teóricos, e principalmente, a respeito de conceitos-chave que irão sustentar a pesquisa proposta, desde o que tange à sua preparação, até seu desenvolvimento e análise.

Tanto no âmbito do escopo do tema da pesquisa a respeito da “Participação social para o empoderamento”, como principalmente, da pergunta mais específica referente à constituição, atuação e contribuição do Conselho da Cidadania de Belterra para o empoderamento da população local, a equipe considerou como sendo três os conceitos principais a serem estudados e utilizados como referência: participação, empoderamento e desenvolvimento local.

No que tange à participação civil, a equipe utilizou a referência do autor Pedro Roberto Jacobi, professor da faculdade de Educação da USP e professor do programa de pós-graduação em Ciência Ambiental da USP, referência ao se tratar de assuntos relacionados à sustentabilidade, ciências sociais e conciliamento entre a administração pública e populações de determinados locais.

Em sua obra “Reflexões sobre as possibilidades de inovação na relação poder público-sociedade civil no Brasil”, Jacobi relaciona a ampliação da cidadania ativa e a atuação dos órgãos públicos brasileiros, analisando como poderia ser e como são, de fato, a relação entre esses dois atores políticos. Reflete-se sobre as práticas participativas, as quais podem funcionar como ferramentas para se atingir uma nova qualidade de cidadania, abrindo desde a gestão pública à participação da sociedade civil como forma de controlar e fiscalizar as ações do Estado, além de poder se revelar como força indutora de novas políticas sociais (JACOBI, 2001).

Observa-se, em sua obra, a expansão do associativismo civil a partir de duas origens principais: crises econômicas e a perplexidade causada pela institucionalização, sendo cada vez mais comum observar sua existência, principalmente, em municípios brasileiros mais restritos e de menor porte, onde uma organização populacional é, teoricamente, mais simples. Entretanto, atualmente, percebe-se um déficit de participação civil somado à volatilidade eleitoral, fazendo com que a organização de associações para a defesa de uma determinada causa seja, muitas vezes, desacreditada e desestimulada (JACOBI, 2001).

Segundo o autor, a população é quem cria as condições para influenciar a dinâmica de funcionamento de um órgão do Estado, garantindo, desta forma, a participação das diferenças e uma “estatização da sociedade” (ou “socialização do Estado”), visando, mesmo que indiretamente, uma atualização dos princípios ético-políticos da democracia. A cidadania deve ser um dos fatores pelo qual lutam as organizações, buscando construir as identidades dos sujeitos sociais, a constitucionalização dos contextos em que vivem, mostrando e atendendo às necessidades expressas por seus componentes, podendo até mesmo, redefinir gestões públicas. Deve haver ainda, uma motivação social concreta, baseada em uma institucionalização da relação Estado/Sociedade, capaz de questionar o *status quo*, fiscalizar, controlar e sugerir mudanças na administração pública (JACOBI, 2001).

Ao mesmo tempo, deve-se tomar cuidado para não centralizar o poder nas mãos de um determinado grupo ou associação, procurando romper com práticas tradicionais como populismo, autoritarismo, assistencialismo, mandonismo entre outras e, principalmente o clientelismo entre Estado e Sociedade civil (JACOBI, 2001).

Em suma, o autor demonstra que a participação social corresponde a um processo contínuo de democratização da vida municipal, isto é, de redefinição entre o público e o privado, por meio da redistribuição do poder em favor dos sujeitos sociais que geralmente não têm acesso, de modo a favorecer a equanimidade social. Portanto, a participação civil permite aumento da possibilidade de representar a pluralidade de interesses da sociedade e favorecimento da qualidade e equidade das políticas públicas (JACOBI, 2001).

De modo complementar ao conceito de participação civil, a antropologia moderna muito tem estudado a respeito do empoderamento, do termo em inglês *empowerment*. Laverack e Wallerstein (2001) afirmam que o empowerment é mais bem concebido e avaliado como um processo contínuo, com os participantes passando do nível de fortalecimento pessoal ao desenvolvimento de pequenos grupos de apoio, de organizações comunitárias, parcerias e finalmente à ação política. Isto é, o empoderamento se caracteriza por um processo no qual as pessoas vão além da participação, resultando em influências nas decisões públicas por meio de deliberações, como apresentado pelo autor Archon Fung, em seu artigo de novembro de 2003 (LAVERACK; WALLERSTEIN, 2001; FUNG, 2003).

A efetividade e as especificidades da participação civil, entretanto, segundo o autor da Universidade de Harvard, Archon Fung, depende de uma série de elementos que irão caracterizar o conceito denominado de desenho institucional. De acordo com Kiser e Ostrom, o desenho institucional caracteriza-se por um conjunto de “regras utilizadas para determinar quem e o que está incluído em situações de decisão, como se estrutura a informação, quais as

ações que podem ser tomadas e em que sequência, e como as ações individuais serão agregadas e transformadas em decisões coletivas” (ap. LEVI, p.80).

Em seu artigo “*Recipes for Public Spheres: Eight Institutional Design Choices and Their Consequences*”, Fung discorre sobre as oito principais escolhas do desenho institucional de um espaço participativo, bem como suas consequências e impactos para os resultados obtidos em diferentes âmbitos. O artigo sistematiza e simplifica a análise acerca do conceito de desenho institucional, de maneira complementar às análises e abordagem desenvolvidas pela autora Lígia Helena Hahn Luchmann em seu texto “O desenho institucional dos Conselhos Gestores” (FUNG, 2003; LÜCHMANN, 2008).

Ambos os posicionamentos serão considerados referência pela equipe em razão de suas peculiaridades, o primeiro relativo à sistematização, o segundo à consideração de Conselhos Gestores¹ e da profundidade do desenvolvimento dos aspectos, apresentados em linguagem clara e objetiva (FUNG, 2003; LÜCHMANN, 2008).

Lígia Luchmann discorre sobre os fatores considerados determinantes para a implementação (virtuosa) de experiências de democracia deliberativa, visto que a participação da sociedade civil por si só não garante a reversão de uma lógica de poder em direção ao aprofundamento da democracia (LÜCHMANN, 2008).

A autora destaca a importância da influência de fatores como: os aspectos históricos; a qualificação dos atores participantes; o acesso à informação; a motivação dos atores à participação; as características dos procedimentos de operacionalização e princípios do espaço participativo (participação e tomada de decisão); a heterogeneidade e grau de representatividade dos atores; a organização da sociedade civil; os recursos disponíveis; o comprometimento político; as ações de implementação, acompanhamento e sustentação de práticas de gestão democrática; a garantia do pluralismo, igualdade e liberdade; a capacidade das instituições de empoderar os atores sociais; a importância da existência de espaços e mecanismos participativos diversos; as decisões sobre localidade, tempo e frequência do processo deliberativo; os impactos da legalidade e obrigatoriedade de dados espaços participativos; entre outros (LÜCHMANN, 2008).

Destaca-se ainda, o autor também citado no texto de Luchmann, Velásquez (1999), o qual comenta a respeito do tripé de elementos centrais ao controle social de gestão pública: estrutura de oportunidade política (opções oferecidas por um sistema político);

¹Conselhos Gestores de Políticas Públicas são espaços de articulação entre a sociedade civil e o Estado que deliberam acerca das políticas públicas. - Moreira, 1999, p.65

constituição de identidades sociais (grau de articulação, heterogeneidade, rede de relações sociais e tradição associativa); e motivação.

Com relação à estruturação da sociedade civil, Archon Fung caracteriza em seu artigo a definição de mini-público, o qual segmenta milhares em grupos menores, conscientemente organizados em deliberações públicas, e os quais, segundo o autor, representam o esforço mais promissor de engajamento civil e deliberação pública, sendo estes heterogêneos, múltiplos e capazes de deliberar acerca dos mais diversos temas (FUNG, 2003).

Como anteriormente citado, Fung (2003) sistematiza as escolhas a respeito do desenho institucional em oito principais, as quais serão brevemente explicitadas abaixo:

- a. Tipos de Minipúblicos;
- b. Recrutamento e Seleção de participantes;
- c. Temas e escopos das deliberações;
- d. Estilos de deliberações;
- e. Interação e recorrência;
- f. Objetivos;
- g. Empowerment;
- h. Monitoramento.

Tal modelo de segmentação dos elementos será utilizado como referência para o levantamento de informações e dados, organização e análise simplificada da pesquisa de campo a ser realizada. Serão analisados cada um desses tópicos principais, considerando-se como espaço participativo o Conselho da Cidadania do município de Belterra.

Por meio do referencial acima citado é possível melhor compreender a correlação entre a participação e o empoderamento, e também, alguns de seus principais impactos para os cidadãos envolvidos. No âmbito coletivo é possível analisar as consequências desse aumento de participação, motivação, ação e empoderamento, isto é, do impacto dos indivíduos de certa região na tomada de decisões dos órgãos e instituições públicas, especialmente no que se refere à política pública. Dessa forma, por melhor compreender suas necessidades e impactos das ações discutidas, as consequências da participação e empoderamento abrangem também o desenvolvimento local.

Este, entretanto, não possui mais a abordagem tecnicista, atrelado ao desenvolvimento econômico e descomprometido com os impactos nos atores da localidade. Segundo Oliveira (2002), este desenvolvimento se dá por meio da emergência da necessidade de “capacidade efetiva de participação da cidadania”, a qual resgata a ágora grega, “posto que

a forma democrática representativa é insuficiente para dar conta da profunda separação entre governantes e governados na escala moderna (...) O desenvolvimento local poderia criar um lócus interativo de cidadãos, recuperando a iniciativa e a autonomia na gestão do bem comum” (OLIVEIRA, 2002, p.14).

Partindo desses conceitos supracitados, procura-se embasar a pesquisa, desde a sua preparação até os trabalhos realizados em campo e posterior análise das informações obtidas.

3 METODOLOGIA

Investigar é uma forma de relatar o mundo e a pesquisa social é tanto um produto social para relatar quanto um produtor de relatos; uma maneira de contar - e produzir - o mundo. A pesquisa nasce da curiosidade e da experiência tomados como processos sociais e intersubjetivos de fazer uma experiência ou refletir sobre uma experiência (SPINK, 2003, p. 26).

E é justamente nos pilares da curiosidade e na crença de que é possível avaliar e contribuir que a pesquisa em questão se baseou e procurou se desenvolver.

Além de tais perspectivas, a partir da viagem a campo, constatou-se a importância dos pesquisadores se conectarem com os fluxos constantes de pessoas, falas, espaços, conversas e objetos, de assumir-se como também atuante, parte de um processo contínuo de negociação, resistência e imposição de sentidos coletivos, a fim de inserir-se horizontalmente nos encontros diários. Reconheceu-se a importância do pesquisador aprender a prestar atenção à nossa própria cotidianidade, reconhecendo que é nela que são projetados e negociados os sentidos; e aprender a fazer isso como parte ordinária do próprio cotidiano, não como um pesquisador participante e muito menos como um observador distante. Buscou-se, em outras palavras, conhecer o outro e trocar figurinhas para ter uma visão mais objetiva um deste, conhecer seus pontos de vista e de onde falam; ou seja, uma subjetividade construída intersubjetivamente (SPINK, 2008, p. 71-72).

Com a finalidade de embasar o projeto de pesquisa e encontrar uma forma adequada de realizá-lo, efetuaram-se, antes da ida a campo, algumas reuniões das alunas pesquisadoras com pessoas mais experientes e conhecedoras do assunto. Juntamente com a supervisora do projeto, Graziela Azevedo, e as responsáveis, Cecília Ferraz e Letícia Arthuzo, do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas, o grupo pôde melhor se preparar e adquirir uma segurança maior para dar continuidade à pesquisa. Além das reuniões, uma disciplina foi ministrada pelo professor Eduardo Loebel na Fundação Getúlio Vargas, “Preparação para imersão de campo”, com vistas a preparar os alunos para as experiências que estes viriam a presenciar a partir do dia 1º de Julho de 2012. Relatórios com o planejamento do projeto de pesquisa e as pretensões do grupo para quando estivessem em campo foram demandados pela disciplina como forma de se fornecer ao GVPesquisa um plano sobre como os alunos pretendiam conduzir suas pesquisas ao estarem em suas respectivas

localidades de estudo, além de funcionarem como forma de embasar a atuação dos grupos em busca de conhecimento.

Abordagem Geral

Com vistas à realização de uma análise em torno das condições de vida de uma população vivente em locais como Belterra, envolvendo a compreensão de formas de sociabilidade e mobilização dos indivíduos para lidar com problemas coletivos, chegou-se à conclusão da necessidade de uma abordagem de pesquisa qualitativa. Principalmente pelo fato de se levar em consideração aspectos da sobrevivência social de Belterra, ou seja, a sobrevivência de características da forma de vida da população, de seus costumes, hábitos e comportamento frente às diversas situações lhes impostas e seus respectivos contextos, inseriu-se à questão temáticas como o embasamento educacional, oferecido pela Prefeitura à população local, e a capacidade de organização social de seus habitantes. Enfatizou-se então, a capacidade de munir os com argumentos e conhecimento suficientes para discutirem o futuro e a administração do município, bem como a capacidade de organização social de seus habitantes, materializando o engajamento de cada cidadão com a formação de grupos, associações e discussões entre as pessoas, de forma a se procurar soluções e novas ferramentas condutoras da administração municipal. Desta forma, constatou-se que a aplicação de uma pesquisa qualitativa e a consequente determinação de seus dados comporia o recurso correto para embasar o desenvolvimento do estudo de causas sociais como ocorre, atualmente, no município de Belterra, fazendo uso de métodos interativos e humanísticos de análise, capazes de envolver diretamente a população e sua manifestação frente à organização municipal nos estudos em questão.

Abordagem Específica

A presente pesquisa compõe um estudo de caso no município de Belterra, o qual se focou no estudo do Conselho da Cidadania do município, desde sua formação até sua capacidade de atuação no cenário local. Em 2007, Belterra foi premiada com o selo Cidade Cidadã, conferido pela Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados, em razão de ter sido um dos municípios com melhor experiência na elaboração participativa de seu Plano Diretor (MINISTÉRIO DA CIDADE, Banco de Experiências de Planos Diretores Participativos, 2007). Dessa forma, avaliou-se o Conselho da Cidadania do município de Belterra, no Estado do Pará, como um importante espaço participativo construído na região, ainda mais ao se considerar as condições socioeconômicas vigentes, o qual seria capaz de

responder a diversas questões envolvidas em nossa pergunta acerca da participação e empoderamento da população de dada região, além de impacto no desenvolvimento local.

Para tanto, procurou-se contrapor os fenômenos contemporâneos e históricos de forma a se entender sua composição de acordo com os acontecimentos que envolveram a região e os fatores que influenciaram em seu desenvolvimento nos últimos anos, focando no contexto contemporâneo. Surgem então questões como, por exemplo, “Onde?”, “Como?”, “Quem?” e “Por quê?” algo ocorreu ou deixou de ser realizado, sendo o estudo de caso um método que procurará enfrentar uma situação tecnicamente diferenciada em que existirão muito mais variáveis, de acordo com Yin (2010). De acordo com este também, conseqüentemente, múltiplas fontes de evidências relativas ao caso podem ser desdobradas e utilizadas, facilitando a análise sobre a questão e, compondo a abordagem específica do estudo.

Como abordagem específica entende-se a maneira mais detalhada e com que ferramentas, de uma maneira mais abrangente, pretende-se atingir a abordagem geral. Com relação à análise no município de Belterra, procurou-se realizar a pesquisa de maneira que se pôde conviver com a realidade de sua população, procurando entender da melhor forma possível o modo de vida cultivado por seus habitantes, bem como seus costumes, crenças, hábitos e comportamento. A convivência dos pesquisadores com os atores locais se mostrou, então, capaz de funcionar como um dos mais importantes princípios de pesquisa, aproximando-os de fatos que puderam, potencialmente, ser mais relevantes à constituição do estudo, como por exemplo, documentos históricos, indivíduos que servem como referência na região, órgãos públicos municipais, associações e grupos civis que defendem os interesses particulares e coletivos, entre vários fatores os quais se mostraram relevantes à sociedade local, possibilitando a comutação de dados para a formulação da pesquisa.

Instrumentos de Pesquisa

Faz-se importante esclarecer, neste ponto, o conceito de campo, no qual a pesquisa, por meio do estudo de caso, se baseou, e se utilizou de certos instrumentos desenvolvidos a seguir. A identificação do campo ocorre, por exemplo, em resposta à questão “sobre o que você está trabalhando?”, porém, sua abrangência varia de acordo com interpretações de diferentes autores.

Assim como retratou Spink (2003, p. 23-24), o campo

é um processo contínuo e multi-temático no qual as pessoas e os eventos entram e saem dos lugares, transformando-se em versões e produtos que também são feitos por pessoas e utilizados por pessoas em diálogos que podem ser lentos e distantes, mas que mesmo assim acontecem.

Isto é, trata-se do argumento no qual estamos inseridos; argumento este que têm múltiplas faces e materialidades, que acontecem em muitos lugares diferentes, como justaposição de materialidades e socialidades.

De acordo com a mudança introduzida por Lewin em 1952 (LEWIN et al, apud FUNG,2003), em seu trabalho *Teoria do campo nas ciências sociais*, o campo passa a ser o método e não mais o lugar ou uma série de entrevistas, com o foco na compreensão da construção de sentidos no espaço de vida do indivíduo, grupo, instituição ou comunidade.

Campo é também o campo do tema, campo-tema; não é o lugar onde o tema pode ser visto, mas são as redes de causalidade intersubjetiva que se interconectam em vozes, lugares e momentos diferentes, que não são necessariamente, conhecidos uns aos outros (SPINK, 2003, p. 36).

Isto é, campo-tema não é um universo “distante”, “separado”, “não relacionado”, “um universo empírico” ou um “lugar para fazer observações”. Quando entendido como complexo de redes de sentidos que se interconectam, é um espaço criado – usando a noção de Henri Lefebvre (1991) – herdado ou incorporado pelo pesquisador e negociado na medida em que este busca se inserir em suas teias de ação (SPINK, 2003, p. 28).

E dentro deste “tumulto conflituoso de argumentos parciais, de artefatos e materialidade”, preza-se pela utilização de instrumentos variados de pesquisa, a fim de “nos localizar psicossocialmente e territorialmente mais perto das partes e lugares mais densos das múltiplas interseções e interfaces críticas do campo-tema onde as práticas discursivas se confrontam” (SPINK, 2003, p. 36). São estes instrumentos: entrevistas semi-estruturadas, observação direta e documentos.

i. Entrevistas semi-estruturadas

Ao contrário dos métodos planejados em que se delinea *a priori* um roteiro de perguntas sobre um tema previamente acordado e operacionalmente definido, ser um pesquisador no cotidiano se caracteriza frequentemente por conversas espontâneas em encontros situados (SPINK, 2008, p. 72).

Tais entrevistas consistiram em oportunidades nas quais houve um roteiro como base a ser seguido, com perguntas-chave, porém, também existiu grande preocupação com os objetivos macros, de modo que se pudesse flexibilizar tanto a tomada de decisão quanto as perguntas a serem realizadas, como a condução e características outras do relacionamento com terceiros, em dado momento pré-estabelecido ou não.

ii. Observação direta

A observação direta considera o conceito e importância de cotidiano e de microlugares. O primeiro propõe, segundo Spink (2008, p. 70), que todos nós,

independentemente de onde estamos e quem somos, acordamos pela manhã e entramos no dia que temos pela frente; dia este que nada mais é que um fluxo de fragmentos corriqueiros e de acontecimentos em micro-lugares. Estes, por sua vez, chamam atenção para a importância do acaso diário, dos encontros e desencontros, do falado e do ouvido em filas, bares, [...], e outros lugares de breves encontros e de passagem; a fim de recuperar a noção de psicologia social como prática social, de conversa e de debate, de uma inserção horizontal do pesquisador nos encontros diários.

Seja a observação passiva ou ativa, visto que em determinadas situações as pesquisadoras puderam ou não se envolver com as atividades presenciadas em campo juntamente com a população da região, esta teve o intuito de melhor conhecer e se aproximar dos múltiplos microlugares existentes, aproximando as pesquisadoras, entendidas como parte atuante, dos vários processos sociais e identitários, agregando novos sentidos, olhares e valor à experiência de busca visada.

iii. Documentos

A fim de maximizar a quantidade das experiências e sentidos percebidos por meio da experiência de pesquisa, fez-se importante a análise de outros meios, a exemplo de documentos. Estes puderam abranger, por exemplo, revistas e jornais locais como forma de se atualizar das informações e notícias regionais; ata de reuniões do Conselho da Cidadania; documentos de divulgação e comunicação das decisões deste conselho; blog do Conselho da Cidadania; e qualquer peça de comunicação em geral que se demonstrou potencialmente hábil a oferecer um conhecimento diversificado sobre a linha de pesquisa.(YIN, 2010, p. 128-132)

Por meio dos instrumentos acima explicitados, buscou-se contemplar, com o processo de pesquisa, meios e formas de narrar e veicular os estudos que incluem e excluem,

que apoiam os debates e não afastam e excluem os delatores, na tentativa de confrontar, entrecruzar e ampliar os saberes (SPINK, 2003, p. 38). Além disto, ao relatar, ao conversar, ao buscar mais detalhes também formamos parte do campo; parte do processo e de seus eventos no tempo (Idem, p. 25). E dessa forma, tornou-se possível aumentar nossa capacidade de diálogo, de análise, e por fim, de impacto na temática estudada, que por sua utilidade, foi capaz de impactar no grupo em questão.

Plano de obtenção de dados

Objetivou-se conseguir os dados a partir da atuação das pesquisadoras na preparação e efetivação da pesquisa, tanto por meio de dados obtidos por hora através dos meios supracitados, como na atuação no município de Belterra, em que a origem dos dados principais se mostrou mais próxima e acessível à composição da análise. De acordo com os métodos de obtenção de dados citados acima, previu-se a relação dos condutores da pesquisa diretamente com os cidadãos do município, de forma a se conseguir declarações as mais genuínas possíveis, coerentes com os objetivos do estudo e, capazes de analisar e compreender a atuação e importância de atores no município como os citados abaixo.

Atores e Campo

Compuseram os atores principais: membros do Conselho da Cidadania, o qual desde 2007 atua como instância para discussões sobre gestão, planejamento, promoção de debates e controle das Políticas Públicas com vistas ao desenvolvimento municipal; Sindicato dos Trabalhadores Rurais, composto por trabalhadores rurais que lutam pelo cumprimento de fatos relacionados aos seus interesses; Coletivo da Juventude, grupo que possui como seu objetivo principal a avaliação da crise ambiental contemporânea e seu consequente impacto na produção familiar regional; Movimento Comunitário de Mulheres e a Associação Feminina de Belterra, relacionando causas municipais à vontade feminina em participar da política da região; Cooperativa da FLONA Tapajós, demonstrando preocupação ambiental concomitante ao desejo de desenvolvimento local e respeito aos valores tradicionais e de comunidades ribeirinhas; lideranças e membros comunitários de diversas localidades considerados significativos para o levantamento de informações adicionais; e, por fim, representantes da gestão municipal, representando o poder público municipal.

Métodos de análise dos dados

O método de análise de dados mais abrangente é o de análise de conteúdo. É uma forma clássica que permite analisar qualquer tipo de dados de material textual, inclusive entrevistas estruturadas e semiestruturadas, e o utilizaremos na presente pesquisa (FLICK, 2009).

Ao se coletar os dados, foi preciso classificá-los de forma a categorizar os tipos de respostas para que pudessem ser interpretados corretamente, contribuindo assim, para as questões que devem ser alcançadas com a pesquisa (BELL, 2008). Houve duas maneiras de se criar categorias: uma delas, antes da coleta de dados, enquanto a outra ocorreu por meio dos dados já obtidos. As categorias representam respostas possíveis para uma pergunta, e foram estruturadas de forma que todas as pesquisadoras também pudessem obter os mesmos resultados sem conflitos de informações (SILVERMAN, 2009).

No caso desta pesquisa, foram trabalhadas entrevistas semi-estruturadas, criando-se categorias a partir dos dados coletados, atentando para que cada categoria fosse explicada com exemplos claros para a compreensão do leitor.

Assim, o método utilizado foi o de análise de conteúdo, visto que é bastante abrangente como forma de analisar, categorizar e interpretar os dados coletados.

Considerações finais sobre os métodos de pesquisa

Ao nos declararmos parte de um campo-tema, demonstramos a convicção ética e política de que, de maneira análoga a psicólogos sociais, pensamos que podemos contribuir e que estamos dispostos a discutir a relevância de nossa contribuição com qualquer indivíduo e em quaisquer circunstâncias.

Temos algo a contribuir porque temos um mínimo de disciplinariedade que inclui a vontade de discutir entre nós a validade daquilo que fazemos – como também fazem entre si os especialistas em transplantes de coração, os cozinheiros, os jardineiros, os pedreiros e os presidentes. Somos somente uma parte de uma ecologia de saberes, cada uma das quais partindo de um ponto distinto e pensando que tem algo a contribuir (Spink, 2008, p. 76).

E é por meio da metodologia acima descrita, bem como dos conceitos e princípios considerados, que se acreditou ser possível contemplar os objetivos da pesquisa, bem como de impacto acerca do tema discutido, tanto da perspectiva das pesquisadoras como dos outros atores envolvidos, direta ou indiretamente.

4 RELATO

4.1 Entrevistas

Antes da partida ao campo foi preciso entrar em contato com algum ator que pudesse nos indicar as principais lideranças locais. Em outras palavras, começamos a articular nossa rede de contatos em Belterra-PA e a primeira peça essencial foi a Cátia Magalhães, que trabalhou na FASE Amazônica, organização que foi responsável pela condução do processo de criação do Conselho da Cidadania e elaboração do Plano Diretor do município. Assim, além de nos fornecer informações sobre hospedagem, mobilidade e outros aspectos relevantes da cidade de antemão, Cátia nos forneceu diversos contatos que nos permitiram criar uma agenda de entrevistas para a primeira e segunda semana de pesquisa em campo.

Para enriquecer a pesquisa e torná-la mais realista quanto ao panorama social do município de Belterra, o grupo procurou captar o máximo de opiniões diferentes sobre o Conselho da Cidadania. Assim, procurou-se incluir na agenda lideranças comunitárias, pessoas dos diferentes distritos do município e representantes dos diversos grupos ali presentes, além de membros do Conselho da Cidadania e do governo municipal. Segue abaixo uma tabela com as informações principais das pessoas com quem conversamos ao longo do nosso período de pesquisa:

Tabela 1: Dados sobre entrevistas realizadas²

Local	Dia	Nome	Cargo
Sede	03/jul	Laécio Pereira Paz	Secretário Executivo do Conselho da Cidadania
Sede	03/jul	"Toninha"	Mulher do Prefeito
Sede	03/jul	Waldemar	Chefe de gabinete
Sede	03/jul	Geraldo Pastana	Prefeito
Sede	04/jul	Antônia Uchôa	Ex-Secretária Executiva do Conselho da Cidadania
Sede	04/jul	Elton John	Coletivo da Juventude
Jamaraquá	05/jul	Ivanice Azevedo dos Santos	Coordenadora da Associação de Moradores de Jamaraquá; Suplente do Sr. Pedrinho no Conselho Distrital

² Foram especificadas na Tabela 1 apenas as entrevistas formais e consideradas como mais relevantes para a pesquisa.

Piquiatuba	06/jul	Raimundo Almeida "DicoTapajós"	Presidente da Associação dos Moradores
Piquiatuba	06/jul	Orivaldo	Presidente da Federação da Floresta Nacional (FLONA)
Piquiatuba	06/jul		Delegado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais
Pedreira	06/jul	Manuel dos Santos	Presidente da Associação Pedreira
Pedreira	06/jul	Jonas	Presidente da Comunidade de Pedreira
Jaquarari	06/jul	João Nonato "Paulo"	Presidente da Associação
Acaratinga	06/jul	Jorge Luiz	Novo Presidente da Comunidade
Maguari	07/jul	Raimundo Pedroso	Presidente da Comunidade de Maguari
Maguari	07/jul	Raimundo Albino	Conselheiro Distrital; 1º Secretário da Associação dos Moradores
Maguari	07/jul	Raimunda Feitosa	Delegada Sindical
Maguari	07/jul	Maria Anaíde "Edu"	Mãe do Raimundo Albino
São Domingos	07/jul	Manuel Flávio Dias	Conselheiro Distrital
São Domingos	07/jul	Adilson (Pereira Paz)	Ex-Conselheiro da Cidadania; Sócio da Cooperativa da Floresta Nacional (COFLONA)
-	06/jul	Sérgio Pimentel	Cooperativa da Floresta Nacional (COFLONA)
Betânia - Distrito Galiléia	09/jul	Maria Mujaci "Dona Nenê"	Membro do Conselho da Cidadania e do Conselho Distrital do Distrito da Galiléia
Belém	09/jul	Guilherme Carvalho	FASE Amazônica
São Francisco da Volta Grande	12/jul	Raimunda Lúcia Miriam de Souza	Ex-membro do Conselho da Cidadania; Ex-Vereadora; Diretora do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Belterra
São Francisco da Volta Grande	13/jul	Nêudo	Ex-Presidente da Associação de São Francisco
São Francisco da	13/jul	Maria Ivanilda	Grupo de mulheres

Volta Grande			
DEM	13/jul	Sérgio	Presidente da Comunidade do Amapáe candidato a Vereador
DEM	13/jul	Sérgião	Candidato a Vereador e Ex-Secretário da Agricultura
DEM	13/jul	Maria de Lurdes	Vereadora
Jamaraquá	14/jul	Pedrinho	Conselheiro Distrital de Jamaraquá
Sede	18/jul	Profª. Dilma	Conselheiro Distrital da Sede
Marituba (indígena)	20/jul	Cacique	Líder Comunitário
Bragança (indígena)	20/jul	Diversos membros da comunidade	
Nazaré	20/jul		Presidente da Associação dos Moradores
São Jorge	20/jul	Rosilda	Candidata a Vereadora e ex-líder comunitária
Pini	20/jul	Manoel - Faca	Diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Fonte: Autoria própria.

Foram realizadas cerca de quarenta entrevistas no total das três semanas de pesquisa, e se conversou com pessoas de perfis muito diferentes entre si – de políticos à comunitários da região - e diferentes em relação à realidade paulista com a qual o grupo estava habituado e sempre manteve contato. Em geral, a população da região é mais simples e humilde, possui valores e cultura próprios, e uma realidade específica em termos econômicos e de acesso a recursos e bens materiais. Esse cenário levou a um choque de realidade para as pesquisadoras, que precisaram contornar a situação para que a pesquisa não fosse prejudicada em termos de acesso e compreensão das informações de contexto e dos relatos dos entrevistados.

O modo com que as perguntas seriam realizadas e as reuniões seriam conduzidas, portanto, é um ponto crucial para a pesquisa. Procurou-se, assim, construir um ambiente agradável e confortável, além de uma relação que repercutisse em maior confiança aos entrevistados quanto a nossa presença e intenções de conversa. Também foi constatado que uma conversa mais informal seria a melhor maneira de construir a relação e ambiente

desejados, de modo a alimentar as intenções do indivíduo em falar, expressar suas opiniões e contribuir para o trabalho de pesquisa em questão.

Além disso, o grupo procurou respeitar ao máximo o espaço, tempo e abertura do entrevistado para responder algumas das perguntas, não insistindo em questões que possivelmente o deixassem desconfortável, não desprezando observações feitas mesmo que estas não estivessem diretamente relacionadas às perguntas ou à própria pesquisa, e permitindo também que estes fizessem perguntas aos membros do grupo, de maneira coletiva ou individual.

Também como parte integrante do compromisso ético do grupo na realização do projeto de pesquisa, durante as entrevistas e mais ainda, em todo o período no campo, o grupo se preocupou com os valores e a cultura local, de modo a respeitar e não violar ou tomar qualquer atitude que pudesse incomodar ou desrespeitar a população local, a natureza, seus valores e cultura.

Em especial nas entrevistas, de início, sempre explicávamos melhor a pesquisa que estamos realizando, nossas intenções, objetivos, como iríamos proceder ao longo da entrevista e no uso das informações coletadas, entre outras consequências e passos posteriores. Neste momento, nos dispúnhamos também a não divulgar ou questionar qualquer informação ou aspecto de acordo com as preferências do entrevistado, além de nos voluntariarmos a encaminhar posteriormente os resultados da pesquisa à pessoa ou comunidade. Tais procedimentos costumavam ser realizados no início da entrevista, ou mesmo, em parte, no momento do próprio contato telefônico.

Além disso, nos casos em que foi preciso se locomover até uma comunidade específica, que por vezes só era possível chegar de barco ou caminhonete, era necessária a articulação de um esquema de transporte, normalmente feito por meio de lideranças comunitárias, mais especificamente Seu Pedrinho (da comunidade de Jamaraquá e conselheiro distrital) e o Manoel ou “Seu Faca” (da comunidade do Pini e membro do STTR). Eles foram peças-chaves, não só por indicar as pessoas com quem deveríamos conversar, mas também por informá-las antecipadamente das intenções da pesquisa, para que elas pudessem se organizar. Esse foi um detalhe que se mostrou muito importante como um ato de “pedir licença” por entrar naquela comunidade e, muitas vezes, na própria casa das pessoas.

4.2 Organização para a coleta e análise dos dados

Para a realização das entrevistas com uma otimização do tempo e da capacidade de atuação de cada integrante do grupo, dividiu-se da seguinte maneira: uma das pesquisadoras presentes, independente da quantidade em dada entrevista (por exemplo: duas, três, ou estas acompanhadas da supervisora), funcionaria como condutora da entrevista. Com isso, a entrevista poderia ser mais organizada e seguir uma sequência mais lógica dos fatos. A condutora era responsável por conduzir a entrevista e manter contato visual e interativo constante com o entrevistado, estimulando-o a cooperar com o fornecimento de informações e relatos. Quem conduzia a entrevista também tinha a responsabilidade de verificar o que do roteiro já havia sido falado para poder fazer a próxima pergunta, de preferência relacionada ao que o entrevistado estava falando naquele momento. Por isso, esta pessoa não tinha a atribuição de anotar, pois prejudicaria o andamento da entrevista. Vale ressaltar que tal divisão não eliminava a possibilidade de qualquer uma das outras integrantes perguntarem ou de interagirem de acordo com o que considerassem mais adequado, e nem mesmo de a própria condutora anotar algumas coisas.

Enquanto isso, as outras (ou outra) pesquisadoras presentes, anotavam as falas, os dados fornecidos por cada entrevistado, bem como percepções e outros detalhes considerados relevantes no momento da entrevista. Entretanto, uma destas pessoas era considerada ponto focal, ou seja, anotaria com maiores detalhes, as informações transmitidas pelo indivíduo entrevistado.

Tal mecanismo de organização e divisão de tarefas nas entrevistas funcionava de maneira a facilitar o andamento da entrevista, organizando melhor as funções e permitindo que esta pudesse ocorrer de maneira mais alinhada e com melhor aproveitamento das informações e oportunidades com o entrevistado. Vale ressaltar que foi realizado um rodízio entre as pesquisadoras quanto às diferentes responsabilidades específicas em cada entrevista, de modo a tornar mais diversificada e justa a participação nesta etapa de levantamento de dados.

De acordo com o planejamento e objetivos das reuniões com os diversos atores selecionados, o grupo teve que adequar o roteiro de pesquisa às especificidades dos diferentes grupos de atores, de forma a facilitar o desenvolvimento das reuniões em campo, com perguntas mais específicas sobre o assunto, maximizando a qualidade e aproveitamento dos dados a serem obtidos.

Primeiramente, elaborou-se um roteiro mais voltado às figuras ligadas ao próprio Conselho da Cidadania, aos indivíduos relacionados à Prefeitura Municipal do município de Belterra e, por fim, um terceiro para ser aplicado com a população em geral, ligada às

comunidades ou outros órgãos indiretamente ligados ao Conselho da Cidadania, além de perguntas mais direcionadas aos subgrupos organizados na sociedade, a exemplo de diferentes associações.

Vale ressaltar que foram elaboradas diversas versões de roteiro, que no início da pesquisa sofreram alterações de acordo com os aprendizados que a experiência no campo, e com o contato com atores diferenciados, nos fornecia.

De acordo com o exposto acima, os dois modelos de roteiro de entrevista, para lideranças comunitárias e membros do Conselho da Cidadania, podem ser observados no Anexo 1 deste documento.

Regularmente o grupo se reunia a fim de discutir sobre o material coletado e as experiências até então vividas. O objetivo era analisar a qualidade das informações obtidas, percepções gerais sobre as entrevistas, pesquisa e vivência, além de outras discussões que buscavam um parecer sobre o que vivenciávamos, sobre aprendizados e feedbacks de pontos positivos e possíveis melhorias em relação ao roteiro de entrevistas, ao modo como as entrevistas eram conduzidas, e até ao rumo da pesquisa como um todo. Dessa forma, com a contínua análise do trabalho realizado foi possível aperfeiçoar cada vez mais a pesquisa que estava sendo realizada, bem como dar espaço aos aprendizados e reflexões sobre a experiência.

Para compilar todos os dados coletados e organizá-los de modo a facilitar sua consulta e posterior análise, o grupo desenvolveu uma metodologia de sistematização específica, facilitando o trabalho e otimizando o aproveitamento dos recursos e informações disponíveis. Para orientar a sistematização da pesquisa, foi elaborado um roteiro padronizado simplificado com as principais temáticas abordadas nas entrevistas, a fim de separar por subtópicos os dados obtidos em cada entrevista. Além disso, visando facilitar a posterior análise e resposta à pergunta de pesquisa, foram incluídos na sistematização tópicos referentes à metodologia utilizada por Fung (2003) para analisar o desenho institucional, conforme melhor detalhado no referencial teórico deste documento.

Assim como no caso da elaboração do roteiro de perguntas, foi também elaborado dois roteiros para a sistematização, um em específico para os membros atuantes no Conselho da Cidadania de Belterra, e outro para as lideranças comunitárias. Casos específicos que apresentaram diferenças quanto ao padrão formal destes dois enfoques principais levantados, tiveram alterações específicas realizadas de acordo com a necessidade, porém, priorizando a padronização inicial. Os dois modelos de sistematização podem ser observados no Anexo 2 deste documento, e no Anexo 3, as entrevistas até o presente momento sistematizadas.

A divisão quanto à realização da sistematização de cada entrevista ocorreu de acordo com a organização pré-estabelecida para o ponto focal, isto é, as pesquisadoras ficaram responsáveis por realizar a sistematização das entrevistas em que foram o ponto focal. Entretanto, a fim de garantir melhor aproveitamento e qualidade das informações e percepções coletadas, todas as pesquisadoras presentes em cada entrevista deveriam validar e complementar a sistematização realizada inicialmente pelo ponto focal.

4.3 Belterra e a pesquisa

Com vistas a um panorama geral da região onde se encontram os objetos de estudo, descreve-se a seguir um pouco do município de Belterra – PA e alguns elementos relevantes identificados sobre a pesquisa.

Características do município

Localiza-se ao Oeste do estado do Pará, ao Norte do Brasil. Conta, atualmente, com 16.318 habitantes, com uma área municipal delimitada em 4.398km², a qual se distingue em área rural (90%) e área urbana (10%). A área rural divide-se em FLONA (Floresta Nacional do Tapajós – 70%), Área de Preservação Ambiental do Aramanai (APA - 10%) e uma última área rural, fora das áreas de preservação (trecho da BR – 163 – 10%). Ainda prevalece sobre a região o controle de terras por parte de poucos (30% sobre comando de 25 famílias), explorando, principalmente aspectos agropecuários. A principal atividade comercial da região é a agricultura, acompanhada, conseqüentemente, da pecuária e práticas extrativistas. Através da viagem, espera-se conhecer os pontos principais relativos ao tema do trabalho e descrevê-los melhor, relacionando-os ao assunto principal envolvido na pesquisa (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2007; IBGE, 2010).

Características do Conselho da Cidadania

O Conselho da Cidadania de Belterra, associação criada e em vigor desde o ano de 2007, procura promover debates entre a população e gestores públicos, sobre diversas temáticas as quais envolvem a vida de, basicamente, todos os cidadãos. Acontecem conversas sobre gestão, planejamento, educação e controle das políticas públicas, visando o desenvolvimento local, econômico e social.

Corresponde a um órgão consultivo e deliberativo, o qual pode tratar desde questões relativas à política urbana e territorial, à habitacional. É composto por integrantes da

sociedade civil e do poder público, realizando eleições a cada dois anos. É atualmente composto por 27 integrantes, dos quais 10 provêm do poder público municipal.

Fatores-chave

A maneira como a história regional impactou na organização da população deve ser levada como um fator em destaque, visto que desde então, as pessoas carregam em si a herança da cultura local e seus costumes, aspectos relevantes na organização social dos dias de hoje. Dessa forma, percebe-se que a cultura pode servir como uma vertente de análise muito importante para a compreensão das atitudes dos cidadãos e sua capacidade de organização e preocupação com a vida social como um todo, capazes de pensar, na maioria das vezes, não só em si mesmos, mas em sua família e nos grupos aos quais pertencem.

A realidade da pesquisa

Apesar das pesquisas realizadas antes da experiência no campo acerca do município de Belterra, com certeza a percepção que as pesquisadoras tiveram estando presencialmente na cidade foi muito diferente. Muito mais do que um contexto geográfico e ambiental específico, repleto de fortes traços da Amazônia, e do contexto de desenvolvimento econômico e social muito particular, o grupo se surpreendeu ainda com certas especificidades que marcam os valores, a cultura e o dia a dia da população que vive na região.

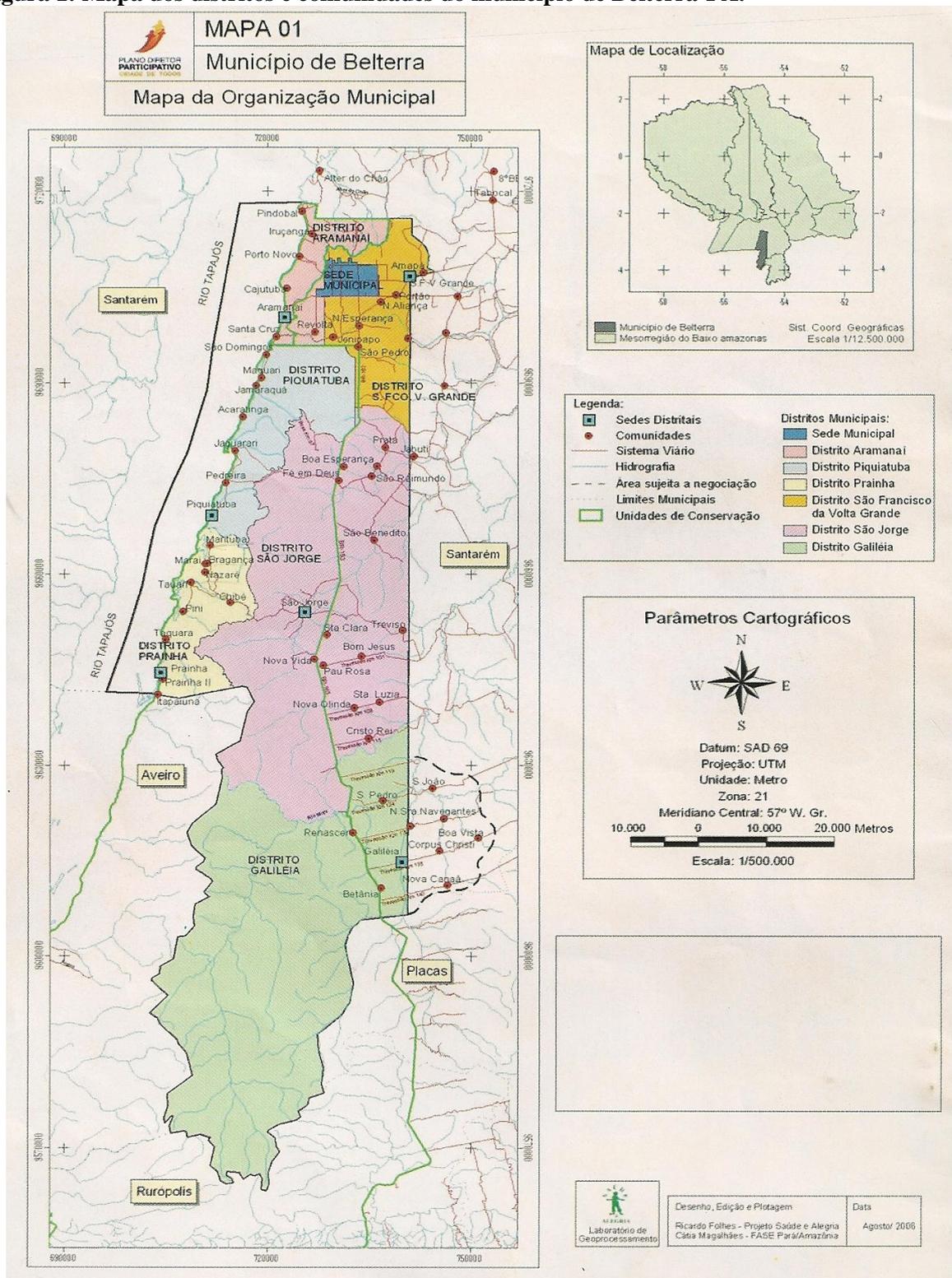
Como revelado com o estudo prévio, o município de Belterra possui 4.498km², sendo maior que o próprio município de São Paulo. Porém, apenas 10% deste território consiste em área urbana e zona de expansão urbana, sendo a área rural detentora de 90%. (IBGE, 2010).

Formalmente essas regiões são divididas ainda em distritos, sete ao todo, como mostra o mapa abaixo, incluindo a sede que corresponde à área considerada urbana. A fim de melhor compreender o contexto e obter dados mais fiéis à realidade do município, o grupo buscou entrevistar pessoas de todos os distritos, e de comunidades diversas, desde áreas da Rodovia (BR - 163) até a Reserva Florestal da FLONA Tapajós. O contato com estas regiões mais distantes muito agregou à pesquisa e à experiência, visto que possuíam características muito singulares, e ao mesmo tempo, distante da realidade que o grupo convive no estado de São Paulo.

Muito mais do que conhecimentos técnicos sobre a região, sobre os tópicos da pesquisa e objetivos a serem alcançados, o grupo teve de ser flexível e sensível em compreender as características da cultura tão rica e diferente encontrada, a fim de conseguir se

aproximar e compreender da melhor maneira possível a cultura, valores e outros fatores locais de influência em nossa análise.

Figura 1: Mapa dos distritos e comunidades do município de Belterra-PA.



1. FONTE: 2009, NETO; MOURA; E CARVALHO, Planejamento e Orçamento Participativo, BELTERRA – PARÁ.

CONTOS CONFSSIONAIS

“Uma experiência como essa é para ser levada por toda a vida. Não há nada que se compare à sensação de estar ali, presente, vivendo próxima a uma realidade tão diferente daquela que estamos acostumados a viver em uma cidade como São Paulo, em uma região como o estado de São Paulo. Tirando como base esse pedacinho do Norte do Brasil, percebe-se um pouquinho das enormes diferenças que existem por todo esse país. Percebe-se a existência de muitos hábitos, culturas, vidas e sensações dentro de um mesmo país. Ouvir, ver na televisão, em sites, revistas ou jornais não consegue passar nem um décimo da sensação que se presencia ao estar no local, frente às pessoas e seus modos tão distintos de vida, mostrando um contraste enorme com o tipo de vida que uma estudante como eu, a Gabriela ou a Manuela vivemos. É incrível observar as pessoas, a cidade, a natureza, a Amazônia. Ao se conversar com apenas uma pessoa, um belterrense, já é algo suficiente para se surpreender. Aprendíamos a cada conversa, a cada visita às comunidades, a cada lugar que íamos. Mas é indispensável dizer que além das pessoas e suas histórias de vida, também me surpreendeu e muito, estar em meio à Amazônia. O Tapajós é maravilhoso, é um mar doce. Uma energia incomparável. Enfim, um cenário e uma experiência que marcaram a minha história.”

Patrícia Thomé de Souza Prette

“Participar do Conexão Local foi uma experiência que com certeza representará para sempre um grande marco em minha vida. Além da oportunidade de realizar iniciação científica, dos conhecimentos teóricos e conceituais, a experiência no campo foi algo muito surpreendente. A pergunta e o caso a ser analisado em nossa pesquisa me despertaram grande interesse e atração desde o início, inclusive pelas características do município em questão. Porém, após ter vivenciado a experiência posso dizer que todas as expectativas foram superadas. O estudo de caso foi, primeiramente, uma grande lição quanto à gestão pública municipal, gestão de interesses e de recursos.

Além disto, foi possível maior conhecimento e embasamento para análise quanto a aspectos como envolvimento e participação da população na gestão pública, priorização de problemas, desenvolvimento local, geração de renda, sustentabilidade, entre outras temáticas que se destacaram em razão das singularidades do município, com fortes características da região amazônica, especialmente no que tange às dificuldades e problemas. Porém, justamente estas singularidades da região, que tanto se diferenciam das nossas habituais, que incitaram diversas reflexões pessoais ainda mais profundas, e que com certeza irão repercutir na minha formação e em quem eu sou. Questões que costumam não ganhar importância em nosso dia-a-dia, como a

conciliação do desenvolvimento com sustentabilidade, geração de oportunidades em condições adversas, redução da desigualdade, cumprimento dos direitos básicos de qualquer cidadão, entre outras questões, ganharam grande destaque e argumentos muito diversos. Por fim, faz-se essencial destacar também a riqueza da diferença de cultura, dos valores e do impacto destes na rotina e na visão de mundo da população da região, dotados de uma esperança e energia e atitude incomparável com a de São Paulo, as quais muito me marcaram e me fizeram realmente repensar diversas pré conceituações e motivações.

Com certeza o regresso para São Paulo foi acompanhado de um sentimento de plenitude e de um grande anseio em continuar debatendo e desenvolvendo diversas das reflexões lá incitadas, desde a pergunta de pesquisa, ao estudo de caso realizado, até questões de motivação pessoal.”

Gabriela Torquato Fernandez

“O Brasil é muito grande e muito diverso. Para alguém como eu, que nasceu e sempre viveu em São Paulo e nunca havia visitado as regiões ao Norte, foi difícil acreditar que estava no mesmo país. Estar durante um mês no Pará, no interior da floresta amazônica é uma experiência muito intensa e não há como estar preparado para as emoções que virão à tona. Sair da minha zona de conforto dessa forma fez com que eu pensasse em questões que normalmente não tenho tempo de pensar na correria da minha rotina de cidade grande, como as coisas que me inspiram e me motivam, o que quero fazer da minha carreira, da minha vida e como posso usar o meu conhecimento acadêmico para contribuir de alguma forma para melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Acredito também que a experiência da pesquisa em campo tenha sido bastante desafiadora, o que me deu a oportunidade de desenvolver algumas competências. Quando nossa orientadora foi embora após a primeira semana, fiquei receosa, pois a partir daquele momento éramos apenas nós três e o resultado da pesquisa como um todo dependeria dos dados e observações que conseguiríamos e de como nós iríamos conduzir o rumo da pesquisa. Desde que cheguei no campo abracei a pesquisa de um jeito diferente, porém, foi nessa hora que mergulhei de cabeça. Um ponto que foi especialmente importante para mim foi o fato de eu ter precisado conduzir algumas das entrevistas. Combinamos que deveríamos revezar quem conduziria e anotaria as entrevistas e inicialmente eu me sentia muito desconfortável com a ideia de ter que conduzir por estar em uma situação de maior exposição frente ao entrevistado e, além disso, por ter que prestar atenção no que a pessoa dizia e, simultaneamente, estar atento ao roteiro, para saber que pergunta fazer.”

Manuela Lourenço do Amaral Malheiros

5 ANÁLISE DOS DADOS

Para o embasamento da pesquisa, várias obras literárias de autores que tratavam de assuntos relacionados ao tema em questão, foram levadas em consideração, sendo o texto “*Recipes for Public Spheres: Eight Institutional Design Choices and their Consequences*”, de autoria de Archon Fung, o principal pilar de todo o projeto. Em seus escritos, Fung discorre sobre oito pontos principais que influenciam o desenho institucional presente nas sociedades contemporâneas e em sua estrutura de organização, compondo assim o texto-base escolhido pelo grupo para sustentar a pesquisa realizada sobre o Conselho da Cidadania, na cidade de Belterra-PA. Abaixo desenvolvem-se os oito pontos citados por Fung, com o intuito de descrever, de maneira mais sistêmica, o desenho institucional do Conselho da Cidadania de Belterra (FUNG, 2003).

A) Visão e tipo de minipúblico

De acordo com Fung, minipúblicos funcionam como associações de influência social e trabalham na reforma do pensamento ao invés de escolher formas revolucionárias de solucionar problemas sociais. Em Belterra houve, após a elaboração do Plano Diretor municipal (realizado em 2007), a implementação do Conselho da Cidadania, um espaço voltado à participação popular, com vistas a engajar o senso crítico da sociedade e estimular a participação civil na vida pública do município, como maneira de “reformular” o pensamento social sobre os aspectos públicos que estão no entorno de seus viveres. Com isso, a cidade ganhou o prêmio de Cidade Cidadã, a partir do desenvolvimento do Conselho da Cidadania, em que se previa a criação de condições coerentes para que os cidadãos formassem e articulassem opiniões a partir de deliberações e conversações, funcionando como um conselho consultivo participativo, que se pode relacionar ao conceito de minipúblico apresentado por Fung.

A partir de observações e participação em algumas das reuniões promovidas pelo Conselho na cidade de Belterra, observou-se que, atualmente, há a participação de líderes comunitários e representantes de determinadas associações, cada qual defendendo os interesses do grupo que fazem parte. Apresentam-se líderes de comunidades localizadas tanto na beira da BR-163 como às margens do Rio Tapajós, além de representantes de associações como a FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Federação da FLONA Tapajós, entre outros.

Percebeu-se, apesar da participação ativa de alguns cidadãos relevantes no município e do conhecimento desta entidade por grande parcela da população local, que boa parte ainda desconhece a existência do Conselho da Cidadania assim como muitos, mesmo sabendo de sua presença, não se sentem beneficiados por qualquer tipo de atividade desenvolvida pela organização. Houve relatos em que cidadãos disseram que já tinham “ouvido falar” na instituição, entretanto, nunca haviam se defrontado com algo realizado por este, enquanto que se ouviu opiniões de que, no início de sua atividade municipal, o Conselho se mostrava mais ativo, porém, gradualmente, foi diminuindo sua presença no cotidiano municipal, apresentando-se hoje em dia, de forma diferente daquela como se iniciou.

B) QUEM? Recrutamento e seleção dos participantes

No primeiro Congresso da Cidadania, realizado em 2007, ocasião na qual os mais diversos segmentos da sociedade foram convidados a participar e contribuir, foi realizada uma votação a fim de selecionar um grupo de segmentos e organizações que representassem a sociedade civil e governo, e desta forma, caracterizassem o Conselho Executivo. Este, composto por 70% de organizações da sociedade civil e 30% de órgãos do governo, seria responsável por realizar as principais e centrais discussões, além de tomar as decisões que impactariam toda a estrutura do Conselho da Cidadania em si, e que seriam depois levadas ao Conselho Distrital e da Cidadania, para validação, constituindo uma estrutura que visasse facilitar e otimizar a tomada de decisão, de modo representativo da sociedade ainda, porém, de maneira mais eficiente.

A fim de capilarizar a participação e representação da população, foi criado o Conselho Distrital no início de 2012. Para selecionar os participantes deste conselho cada comunidade deveria, através de uma assembléia convocada pela associação comunitária formal ou informal, eleger delegados de maneira proporcional aos participantes da reunião, tendo a comunidade direito a um novo delegado a cada dez presentes. Estes delegados representariam suas comunidades e, agrupados com os diversos representantes do distrito ao qual pertencem, deveriam discutir os interesses mútuos do distrito e representá-lo frente ao Conselho Distrital, que posteriormente levaria demandas ao Conselho da Cidadania.

Com base nessas estruturações é possível afirmar que o Conselho segue muito próximo aos pontos que Fung (2003) ressalta em seu texto, aqui usado como modelo. De maneira complementar, primeiramente todos podem participar das Assembleias e reuniões realizadas, respeitando o princípio da liberdade. Fung (2003), entretanto, levanta um contraponto deste modelo, ao qual se refere como voluntarismo, em que, apesar do

participante ser movido pela motivação pessoal em participar, acaba privilegiando quem tem melhores condições socioeconômicas, como acesso a meios de comunicação e de transporte, como visto no caso de Belterra.

A solução para tal questão, proposta por Fung, é também observado no modelo do Conselho da Cidadania, em que, por meio de reuniões diversas, até mesmo nas mais diferentes comunidades e localidades do município, são escolhidos, por meio de eleição neste caso, representantes de cada localidade, de modo a democratizar a participação dos diferentes segmentos da sociedade. Além disso, impactando em outra temática levantada por Fung, quanto ao problema das disparidades no acesso a recursos e ao impacto deste nos resultados do Conselho, faz-se importante ressaltar que a Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria de Planejamento, se responsabiliza por pagar a alimentação aos participantes da reunião, bem como reembolsar, no caso dos Conselheiros da Cidadania e, em assembléias deste conselho, o preço da passagem necessária para a locomoção.

C) O QUÊ? Assunto e escopo das deliberações

A partir da formação de minipúblicos, uma seqüência ou um grupo de temas é cuidadosamente selecionado para ser discutido dentro de suas deliberações. Com o Conselho da Cidadania não é diferente. Visto que a instituição compõe um local onde se procura a participação populacional sobre questões públicas, são realizadas reuniões com indivíduos do próprio Conselho e cidadãos representativos como forma de se discutir temáticas municipais que envolvem a vida social. De acordo com o chefe de gabinete da cidade de Belterra, Waldemar, são discutidos no Conselho da Cidadania assuntos relacionados à infraestrutura municipal tais como a pavimentação de vias, a estrutura para a existência de água encanada, o fornecimento de máquinas para a realização de obras em geral, a construção de escolas, postos médicos e hospitais, entre outros, ou seja, temáticas que, de uma forma abrangente, envolvem política, segurança civil, educação e saúde.

Já nos Conselhos Distritais, órgãos de menor porte, elaborados pelas populações presentes em determinados distritos que compõem todo o município de Belterra, são discutidas questões de âmbito mais local, referentes também à saúde, segurança e educação de seus habitantes. Conselhos como esses foram formados a partir da demanda originada pelos belterrenses em geral, devido à grande proporção territorial do município, um dos principais motivos que o impede de realizar uma administração mais coerente com as necessidades da população local, somado à enorme falta de infraestrutura.

D) COMO? Modo de deliberação

Nas reuniões do Conselho da Cidadania a participação do público civil é amplamente estimulada, bem como a expressão de suas opiniões e críticas. De acordo com seus principais dirigentes, os participantes da sessão de discussão e/ou apresentação de propostas, não só podem, como devem, se manifestar caso tenham alguma opinião sobre o assunto em questão, levantando a mão e demonstrando a vontade de contribuir com seu pensamento. Entretanto, em algumas das entrevistas realizadas com pessoas da sociedade civil, alguns disseram que nas reuniões somente os dirigentes poderiam falar, estando alguns indivíduos ali presentes apenas para ouvir, o quê demonstra grande contradição ao se contrapor determinadas falas.

Em uma Assembleia realizada pelo Conselho da Cidadania no dia nove de Julho de 2012, o grupo de pesquisa foi convidado a participar para observar como se desenvolvia o processo da reunião. Houve a participação de dirigentes do Conselho bem como de líderes comunitários e representantes de associações locais. Observou-se que, nesta assembleia, qualquer indivíduo, fosse ele do Conselho da Cidadania ou da sociedade civil, poderia expressar livremente sua opinião em qualquer momento da reunião, falando de seu próprio assento ou indo até a frente de todos os expectadores e falando suas ideias. Vários civis demonstraram força, vontade de participação e expressão crítica das atitudes tanto do governo quanto do próprio Conselho, defendendo os interesses sociais municipais e também de suas respectivas associações. Conseqüentemente, pôde-se constatar, por meio da presença física das pesquisadoras ao menos nesta reunião em especial, a liberdade de expressão de ideias fornecida àqueles que demonstram engajamento pelas questões públicas municipais, confirmando os dizeres de dirigentes do Conselho sobre o desenrolar das assembleias e reuniões do Conselho da Cidadania, como forma de suporte às decisões coletivas.

Nas tomadas de decisões, segundo os dirigentes do Conselho, são realizadas votações que contam com a participação de conselheiros e civis, de forma a se estabelecer uma determinação à base do “bem comum”, uma das formas de decisão propostas por Fung. Na maioria das vezes, deve-se estabelecer uma relação com o governo, visto que as decisões são de ordem pública.

De acordo com o Chefe de Gabinete da prefeitura, Waldemar, com relação ao processo de discussão por parte dos distritos, cada um elege determinadas prioridades. Posteriormente, o Conselho da Cidadania faz uma análise e, então, um orçamento para poder dizer quantas e quais prioridades poderão ser devidamente atendidas. Os delegados eleitos por distrito que decidirão quais, então, serão implementadas. As decisões do Congresso (realizado

pelo Conselho da Cidadania) são, teoricamente, para 2 anos. Ao final desse período é realizado um balanço para se constatar sua situação (se foi ou não realizado). Há uma junção entre o resultado das discussões do Congresso com as prioridades das secretarias municipais além dos interesses da Câmara.

E) QUANDO? Recorrência

As deliberações promovidas pelo Conselho da Cidadania ocorrem, normalmente, pelo menos, de 15 em 15 dias, sendo essas as mais rotineiras e simples, em que participam majoritariamente apenas os membros do Conselho Executivo, como forma de realizar sua manutenção e o monitoramento das decisões. É realizada, duas vezes ao ano, a Assembleia Geral, em que participam não só membros do Conselho, mas também líderes comunitários, representantes de determinadas associações municipais e representantes de instituições de maior porte que apoiam e influenciam as decisões locais, como por exemplo, a FASE e a Federação da FLONA Tapajós, sendo também uma reunião aberta ao público, representando a participação democrática também citada por Fung.

F) POR QUÊ? Interesses em jogo (*stakes*)

Uma discussão do minipúblico se torna muito mais interessante a partir do momento em que seus integrantes se mostram interessados pelo assunto a ser tratado, além de possuírem interesse naquilo em que vai se basear a deliberação. ArchonFung adota atitudes como esta como “hot deliberation”, ou seja, uma deliberação em que se percebe grande motivação e vontade das pessoas em participar e discutir. No Conselho da Cidadania se procura despertar essa motivação tanto em seus membros quanto nos potenciais participantes de suas reuniões e população como um todo, com vistas a florescer na sociedade local o senso crítico político e o poder de reivindicação por seus direitos. De acordo com o chefe de Gabinete, Waldemar, tem-se o desejo de se estimular o senso político da sociedade a partir da própria composição do Executivo do Conselho da Cidadania, o qual é composto em 30% por membros do governo e 70% civis.

Em geral, as pessoas que participam do Conselho, mais especificamente no caso dos representantes da sociedade civil, possuem uma motivação pessoal muito grande em participar, apesar de muitas vezes possuírem pouco ou nenhum conhecimento mais específico e teórico, ou até mesmo, não saberem ler e escrever, pois acreditam que o Conselho seja um meio efetivo de serem ouvidos e poderem participar das decisões políticas. Dessa forma, acreditam e lutam pela efetivação dos anseios de seus grupos que representam, a defesa de

ações e medidas que promovam melhorias a seus problemas quanto às necessidades básicas, a exemplo de saúde e educação.

Nas reuniões quinzenais promovidas pelo Conselho em que há a participação do Executivo, são realizadas discussões mais rotineiras e cotidianas, enquanto que nas Assembleias que ocorrem, normalmente, duas vezes ao ano, são tratados assuntos de forma mais relevante frente ao maior número de participantes.

G) Empowerment

Um dos objetivos pelo qual o Conselho da Cidadania foi criado era o de trazer a população para as discussões das ações públicas, e também, para que esta se organizasse e pudesse trazer suas demandas de modo a estabelecer prioridades para o orçamento público do município. Neste tópico, Fung (2003) afirma que um minipúblico é empoderado apenas se os resultados das deliberações, ou seja, o que é decidido no Conselho é capaz de influenciar as decisões públicas.

De fato, muitas das decisões do governo estão baseadas nas discussões que acontecem nesse espaço. O próprio orçamento do governo municipal, que segue o modelo de Planejamento e Orçamento Participativo é coordenado pelo Conselho, refletindo o poder de influência que este tem nas decisões públicas. Muitas destas são direcionadas por meio dos resultados das discussões feitas dentro do Conselho, com a participação da sociedade civil. Entretanto, por outro lado, muitas dessas ações discutidas e decididas não são implementadas pelo governo, e nem ao menos é fornecido à população qualquer justificativa quanto à situação do encaminhamento das medidas que deveriam ser tomadas. O julgamento sobre o real impacto e efetividade do Conselho, porém, não pode ser mensurado.

H) Monitoramento

Segundo Fung (2003), haver participantes que avaliem discussões a respeito da qualidade do que esta sendo feito durante o processo de implementação agrega importantes benefícios a estes. O primeiro é relativo ao aprendizado público, no qual as pessoas adquirem experiência e aprendem que tipo de decisão possui maior probabilidade de funcionar, dadas certas condições. O outro se refere à *accountability* do governo que é cobrada pelos participantes, estimulando sua existência e aperfeiçoamento.

Na experiência de Belterra, o que houve com a criação do Plano Direto e do Conselho da Cidadania foi uma mudança de cultura para uma sociedade civil mais participativa nas discussões das políticas públicas. A população passou a cobrar aquilo que

deseja e, de certa forma, a ajudar a prefeitura a priorizar as políticas a serem implementadas. Em meio a isso, surgiu também a discussão de que esta não só deve assumir o papel de reivindicadora, como também a responsabilidade de fiscalizar o governo durante o processo de implementação de suas obras, como sugere Fung. Assim, houve várias tentativas de estruturação de uma comissão fiscalizadora, porém, até então nenhuma destas obteve sucesso.

A primeira estrutura criada chamava-se COFIS (Comissão de Fiscalização) e consistia numa única Comissão da sociedade civil para fiscalizar qualquer obra do governo. A primeira Comissão foi eleita no Congresso da Cidadania, contando com um representante voluntário de cada distrito, que ficaria responsável por fiscalizar o próprio distrito. Essa estrutura não funcionou, pois além de ser muito difícil uma única pessoa fiscalizar um distrito inteiro, faltava conhecimento técnico para realizar tal tarefa. Após isso, ainda houve a tentativa de um segundo modelo de fiscalização que apresentava uma comissão diferente para cada obra do governo, mas também não obteve sucesso.

Parte do insucesso pode ser explicado pelo excesso de trabalho que o Conselho da Cidadania chamou para si de modo a acumular muitas responsabilidades e, assim, não conseguiu cumprir todas estas. O Conselho deveria não só eleger, mas também analisar as avaliações feitas pelas comissões das obras da prefeitura, porém, nenhuma avaliação chegou a ser feita. Parece que o papel das comissões também não ficou tão claro para os seus membros.

É possível dizer, baseando-se em Fung, que o baixo nível de efetivação em termos de implementação dos resultados das discussões feitas pelo Conselho está relacionado a essa falta de fiscalização da sociedade civil sobre as obras do governo. É complicado afirmar que é a única razão, afinal, a prefeitura trabalha dentro de limitações de orçamento e não tem como realizar tudo, por isso se priorizam ações. Contudo, mais da metade dos entrevistados relatou situações nas quais as obras não foram realizadas seguindo o devido padrão de qualidade ou ao menos terminadas. Além disso, outros poucos afirmaram que pressionaram o governo e com certo esforço conseguiram que essas falhas fossem corrigidas nas suas respectivas comunidades.

Desse modo, os dois benefícios que Fung coloca, apresentados no primeiro parágrafo, ainda precisam ser trabalhados não só pela prefeitura municipal em relação à *accountability*, mas também, e principalmente, pela sociedade belterrense, que é o principal agente estimulador disso e a maior beneficiária dos resultados efetivos aos quais isso levará no futuro.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da análise do desenho institucional do Conselho da Cidadania, acima realizado segundo modelo proposto por Fung (2003), é possível obter uma visão mais crítica acerca da estrutura, da situação atual e do potencial de impacto e de efetividade do Conselho. Entretanto, há ainda diversas outras discussões, relacionadas internamente à estrutura do Conselho, ou mesmo de maneira externa a este, e que influenciam direta ou indiretamente em seu funcionamento, efetividade e impacto. Tais questões relacionam-se, por exemplo, à comunicação, tanto no âmbito de mobilização, como de divulgação dos resultados e de alinhamento quanto aos objetivos e papel de cada ator envolvido; precariedade de recursos e infraestrutura, como quanto aos meios de transporte, de comunicação, acesso à saúde, educação, entre outros; falta de capacitação e escolarização dos participantes, que em muitos casos não sabem, inclusive, ler ou escrever; e influência e questões político-partidárias.

A partir das análises desenvolvidas pelo grupo, percebeu-se que o Conselho ainda deixa muito a desejar frente à população e às causas públicas locais dos dias de hoje. Desde sua concepção, a partir do Plano Diretor Municipal, o Conselho da Cidadania foi visto como ferramenta de interferência social a favor de seus cidadãos, mostrando maior presença no início do seu processo de criação. Entretanto, com o decorrer dos anos, sua capacidade de se comunicar com a população chamando-a para discussões para expressar suas críticas, opiniões e sugestões, além de atentar para o município como um todo, mostrou-se declinante de acordo com os relatos e dados obtidos na pesquisa. Observou-se, atualmente, grande contradição com relação ao entendimento do objetivo, da atuação e do funcionamento do Conselho por parte de belterrenses que foram entrevistados pelas pesquisadoras, demonstrando grande falha de comunicação.

Apesar das falhas constatadas, também se percebeu a relevância do Conselho da Cidadania para aqueles indivíduos que estão mais próximos da organização e possuem certa facilidade de obter informação sobre a atuação e planos do órgão. Para a população que vive na área urbana do município, os projetos e, por vezes, a implementação destes, é mais facilmente reconhecida, dando-lhes impressões boas sobre as atividades do Conselho, não se podendo dizer o mesmo para as populações que vivem mais afastadas do centro em comunidades ribeirinhas (FLONA Tapajós) ou à beira da BR-163.

Conseqüentemente, percebe-se a necessidade de que as figuras públicas do município de Belterra a favor do funcionamento do Conselho da Cidadania, bem como dos participantes deste órgão, atentem para a ampliação e abrangência de sua atuação, de forma a

não privilegiar uma parcela populacional, mas sim, atender a toda a região municipal que necessita, de uma forma geral, de melhor infraestrutura, qualificação em aspectos da saúde, segurança e educação, de maneira a se respeitar os direitos de cada cidadão em relação às suas condições de vida e sobrevivência.

7 REFERÊNCIAS

BELL, J. **Projeto de pesquisa: guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais**. 4a.ed. Porto Alegre: Artmed. 2008.

CONSELHO DA CIDADANIA. Conselho da Cidadania realiza 1ª Assembleia Ordinária de 2012. Disponível em: <<http://belterra.pa.gov.br/gestao/81-conselho-da-cidadania-realiza-1-assembleia-ordinaria-de-2012.html>>. Acesso em: 26.mai.2012.

CRESWELL, JOHN W. **Research Design -Qualitative, Quantitative, and mixed methods approaches**. 2.ed., p. 204-216.

FASE. Belterra: plano diretor participativo rende prêmio. Disponível em: <<http://www.fase.org.br/v2/pagina.php?id=1841>>. Acesso em: 28.mai. 2012.

FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3a. ed. Porto Alegre: Artmed Bookman, 2009.

FUNG, A. **Recipes for Public Spheres: Eight Institutional Design Choices and Their Consequences**. The Journal of Political Philosophy, Volume 11, 2003.

IBGE. Censo Demográfico de 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Último acesso em: 25.mai.2012.

JACOBI, P. **Reflexões sobre as possibilidades de inovação na relação poder público-sociedade civil no Brasil**. Revista Organizações e Sociedade, 2001.

LAVERACK, Glenn. **An Identification and Interpretation of the organizational aspects of community empowerment**. Oxford University Press and Community Development Journal, 2001.

LEWIN, K. **Field Theory in Social Science**. London: Tavistock, 1952.

LEWIN, K. **Principles of Topological Psychology**. NY: McGrill Hill, 1936.

LÜCHMANN, L. **O Desenho Institucional dos Conselhos Gestores**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Banco de Experiências de Planos Diretores Participativos**. 2007. Disponível em: < <http://www.cidades.gov.br/index.php/planejamento-urbano/380-para>>. Acesso em: 20.set.2012

PATEMAN, C. **Participação e Teoria Democrática**. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1992.

PREFEITURA DE BELTERRA. Prefeitura Municipal de Belterra, História. Disponível em: <<http://belterra.pa.gov.br/o-municipio/historia.html>>. Acesso em: 26 mai. 2012.

SILVERMAN, D. **Interpretação de dados qualitativos**. 3ªed.: Porto Alegre: Artmed, 2009.

SINDICATO. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Belterra em Assembleia Geral. Disponível em: <<http://cidadaniabelterra.redemocoronga.org.br/2011/01/31/sindicato-dos-trabalhadores-rurais-de-belterra-em-assembleia-geral/>>. Acesso em: 26.mai. 2012.

SPINK, P. K. **O pesquisador conversador no cotidiano**. Psicologia& Sociedade, SciELO Brasil, 2008.

SPINK, P. K. **Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista**. Psicologia& Sociedade, SciELO Brasil, 2003.

TATAGIBA. **Sociedade Civil e Espaços Públicos**. Editora Paz e Terra, São Paulo, 2002.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed., Porto Alegre: Bookman, 2010.

8 ANEXOS

Anexo 1. Roteiros de entrevistas

1. Roteiro de entrevista semi-estruturada com membros do Conselho da Cidadania

Data:

Perfil do Conselheiro

Nome:

Telefone:

A pessoa e a cidade

1- Como é viver em Belterra? Sempre morou aqui?

2- O que o senhor faz aqui?

3- Idade

Perfil associativista

4- Conte um pouco sobre sua relação com o Conselho

5- Você representa(_va) então qual instituição? Desde quando?

6- Faz parte de outros grupos ou associações?

7- Como foi a criação desses grupos? Eles existem desde quando?

8- Como foi que começou a participar?

Perfil do Conselho

9- Como foi a criação do conselho? Quem coordenou o processo? Tem lei de criação? Quando foi isso?

10- Quem faz parte do Conselho? Sempre foram essas organizações? Isso muda? O governo municipal faz parte?

11- Como é a escolha das organizações que fazem parte do Conselho?

12- Qual a relação do Conselho com as comunidades rurais? Há representantes das comunidades no Conselho? Como foram escolhidos?

13- Com que frequência o Conselho se reúne? Quem articula/marca a reunião?

Pauta e discussões

- 14- Qual o papel do Conselho? O que o Conselho faz?
- 15- Quais os principais temas discutidos no Conselho? Quem propõe a pauta?
- 16- Tem algum outro tema que deveria ser discutido?

Decisão e encaminhamentos

- 17- Como são as reuniões? Todos falam? Alguém coordena a reunião?
- 18- Tomam decisões nas reuniões? Como é o processo de tomada de decisão? É votação? É consenso?
- 19- As decisões são divulgadas? Como?
- 20- Como é o encaminhamento dos resultados das discussões? Quais são os caminhos? Isso chega até o governo municipal? Como?
- 21- Tem alguma decisão do Conselho que foi implementada? Quem implementou?
- 22- Quais os maiores desafios para implementar as decisões tomadas no âmbito do Conselho?

Avaliações

- 23- Como o senhor percebe a atuação do Conselho?
- 24- Qual a relação do Conselho com o Plano Diretor? E hoje? Existe um papel de monitoramento?
- 24- Como o senhor entende o papel do conselheiro?

2.Roteiro de entrevista semi-estruturada com lideranças comunitárias e de associações

Data:

Perfil da Liderança

Nome:

Telefone:

Comunidade:

Instituição(ões) que representa/atua:

A pessoa e a cidade

- 1- Como é viver em Belterra? Sempre morou aqui?
- 2- O que o senhor faz aqui?
- 3- Idade

Perfil associativista

- 4- Aqui o senhor de algum grupo ou associação?
- 5- Como foi a criação desses grupos? Eles existem desde quando?
- 6- Como foi que começou a participar?
- 7- Há outros grupos ou associações na comunidade?
- 8- Esses grupos são formalizados?
- 9- Quem faz parte desses grupos? Qualquer morador pode participar?
- 10- Com que frequência esses grupos se reúnem? Quem articula/marca a reunião?
- 11- Conte os principais assuntos discutidos nos grupos.

Relação com o Conselho e avaliações

- 12- Conte um pouco sobre sua relação com o Conselho: fez/faz parte? Quando?
- 13- Tem alguma relação entre a associação que faz parte e o Conselho?
- 14- Como o senhor percebe a atuação do Conselho? O que o senhor acha dos Conselho?
- 15- Como vocês ficam sabendo do que acontece no Conselho?
- 16- Como o senhor entende o papel do conselheiro?

Anexo 2. Roteiro de sistematização

Data:

Nome:

Cargo/instituição/comunidade:

Telefone:

Entrevistado por:

Equipe FGV: Gabriela Fernandez, Graziela Azevedo, Manuela Malheiros e Patrícia Prette.

História de vida e experiências/Experiências de engajamento e participação

CONSELHO DA CIDADANIA

Criação do Conselho da Cidadania

Estrutura do Conselho da Cidadania

Papel do Conselho da Cidadania e seu conselheiro

Desafios do Conselho da Cidadania

Temas tratados nas reuniões do Conselho da Cidadania

CONSELHO DISTRITAL

Criação do Conselho Distrital

Estrutura do Conselho Distrital

Temas tratados nas reuniões dos Conselhos Distritais

Encaminhamento de questões dos Conselhos Distritais

Desafios e problemas relacionados aos Conselhos Distritais

Relação com o Conselho da Cidadania

ASSOCIAÇÕES

Criação da Associação

Estrutura da Associação

Temas tratados nas reuniões das Associações

Encaminhamento de questões das Associações

Desafios e problemas relacionados às Associações

Relação com o Conselho da Cidadania

PERCEPCÕES GERAIS

FUNG

- A) Visão e tipo de minipúblico
- B) QUEM? Recrutamento e seleção dos participantes
- C) O QUÊ? Assunto e escopo das deliberações
- D) COMO?
- E) QUANDO?
- F) POR QUÊ?
- G) EMPOWERMENT
- H) Monitoramento

Anexo 3. Entrevistas Sistematizadas

Data: 03/07

Nome: **LAÉRCIO PEREIRA PAZ**

Cargo/instituição/comunidade: Ex-Coordenador de Planejamento/ Novo Secretário Executivo do Conselho

Telefone:

Entrevistado por: Gabriela Fernandez (ponto focal), Graziela Azevedo, Manuela Malheiros e Patrícia Prette.

Equipe FGV: Gabriela Fernandez, Graziela Azevedo, Manuela Malheiros e Patrícia Prette.

“O desenvolvimento se dá quando você segue um Plano Diretor e ai depois você vê se deu certo. Se não tiver dado você mexe nas coisas”.

“Governo as vezes erra tentando acertar”.

Afirma que dos nove vereadores apenas um é do governo, os outros da oposição, o que dificulta muito a aprovação de certas propostas. E desses, apenas uns três se reelegem: “Hoje não há mais tanta reeleição por assistencialismo”.

História de vida e experiências/Experiências de engajamento e participação

Nasceu na comunidade de São Domingo. Sempre participou ativamente da vida política e de movimentos sociais. Nas duas gestões do primeiro prefeito (a partir de 1995), especialmente, marcada pelo autoritarismo e centralização, Laércio liderou e organizou diversos movimentos e iniciativas anti-governo, a exemplo da própria rádio então criada, e inclusive, teve que se retirar da cidade por um tempo.

Laércio, em termos de movimentos sociais, participou do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, liderou a Associação ...Empresas, Rádio Comunitária, entre outros.

Na gestão do prefeito Gilberto Pastana, participou de quatro secretarias: Turismo e Meio Ambiente, Saúde, XXX e Promoção Social, e XXX. Laércio foi também Chefe de Gabinete na primeira gestão de Pastana. Laércio afirmou que foi capaz de promover grandes mudanças em suas gestões como secretário, e por isso era convidado pelo Prefeito a assumir cargos em secretarias que não tinha conhecimento. Acrescentou que ao assumir tais cargos tão desafiadores, buscava conhecimento e informações acerca do tema específico, de modo a melhor se preparar para a tomada de decisões. Por fim, tornou-se Coordenador de Planejamento, dentro da Secretaria de Planejamento, atualmente assumirá o cargo de

Secretário Executivo do Conselho de Cidadania, e é candidato a vereador. Depois de tantos cargos como secretário, Laércio assumiu o cargo de Coordenador com salário inferior e recebeu diversas críticas, as quais rebateu dizendo que “não quero saber do meu salário, quero saber onde eu posso contribuir mais e melhor”. Laércio afirma também que em seu trabalho, independente de onde esteja, sempre “quer dos funcionários o que fazem melhor, e que eles façam a diferença”, e acredita que isso impacte fortemente nos resultados obtidos.

Obs: novo Coordenador de Planejamento: Ezequias Borges.

O Prêmio Cidade Cidadã, obtido em 2007, foi muito importante e colocou/ aumentou responsabilidade do Conselho quanto ao seu pleno funcionamento.

CONSELHO DA CIDADANIA

Criação do Conselho da Cidadania

Secretaria de Planejamento foi criada pelo Plano Diretor, e esta, por sua vez, notou a necessidade de criação da Coordenadoria de Planejamento. O Conselho surge em decorrência dessa Secretaria também, de modo a permitir maior participação da população no planejamento e gestão do município. Se por exemplo a Prefeitura tem três obras para fazer, mas possui recursos apenas para a realização de uma, leva o debate ao Conselho para que população decida sobre a melhor decisão a tomar. “Propomos nova forma de governo”. “Belterra interfere no Estado e no Brasil com esse novo modelo de governar”.

O modelo de gestão participativa, proposto na gestão de Pastana, ao contrário do modelo autoritário e centralizador vigente com o primeiro prefeito da cidade, foi aprovado pela Câmara Municipal em 2007, estando em processo desde 2006. Segundo Laércio, o Prefeito “socializa tudo”.

O Plano Diretor foi aprovado há quatro anos, quando ainda não havia o Conselho Distrital, o qual foi criado a partir de julho de 2011, quando o Laércio assumiu a Coordenadoria, e percebeu-se tal necessidade a partir do Conselho da Cidadania.

Atualmente, a população já se acostumou com este novo modelo de gestão e gosta muito de participar: “Sociedade belterrense já se apoderou desse sistema participativo.”, “População está mais consciente e cobra o Prefeito e a Câmara”. Laércio ressalta ainda a importância da população ser crítica quanto ao governo, e que hoje as pessoas e mesmo os funcionários podem falar e criticar sem medo de perder o emprego ou sofrer qualquer consequência ruim.

O ganho do Prêmio Cidade Cidadã, em 2007, foi muito importante pois colocou responsabilidade quanto a execução do Plano Diretor.

Estrutura do Conselho da Cidadania

O Conselho é de responsabilidade do governo, que deve arcar com alguns custos, a exemplo do pagamento dos funcionários, secretários do Conselho da Cidadania (Érica e Leandro).

Já foram realizados três Congressos da Cidadania, e este ano ocorrerá o quarto, no segundo semestre. Os Congressos ocorrem a cada dois anos.

O convite com as pautas do IV Congresso nos foi entregue:

Tema: “Belterra, QUEM AMA AJUDA A CONSTRUIR”.

Lema: Qualidade de vida se constrói com participação popular e controle social.

Mesa 1: Controle Social;

Mesa 2: Participação Popular;

Mesa 3: Ordenamento Territorial;

Mesa 4: Economia e Sustentabilidade.

Possui sete cargos executivos, quatro da sociedade civil e três representantes do governo (listagem em documento acerca do conselho em anexo). Muitos destes foram definidos pelo regimento interno de criação do conselho.

A Reunião Executiva abrange os sete representantes, os quais são eleitos pelo Conselho, isto é, tanto pela sociedade civil como pelo governo, e ocorre a cada quinze dias.

As Assembléias ocorrem semestralmente ou quando se faz necessário (a exemplo da Assembléia Extraordinária que ocorre para discutir a organização do Congresso), e abrange os representantes dos distritos além dos conselheiros do Conselho da Cidadania. Entretanto, qualquer pessoa pode participar com direito a voz, e apenas os conselheiros possuem direito a voto. Nas reuniões compõem-se mesas de discussões com coordenação em cada uma destas. Na Assembléia do primeiro semestre é discutido o plano anual, e na do segundo, é realizada uma avaliação do que foi realizado, como também, se a gestão participativa valeu a pena e se todos concordam que deva continuar, e como.

Nas reuniões os representantes já recebem os convites para as próximas reuniões.

O Conselho Executivo é o responsável por mobilizar as pessoas para as reuniões.

Os representantes que participam devem levar os feedbacks das reuniões para as instâncias que representam.

Cada Plenária Distrital deve decidir três prioridades para o governo, as quais devem ser consideradas na decisão quanto a alocação do orçamento municipal. Quem faz e organiza as plenárias nos distritos tem que saber responder a todas as perguntas que possam surgir, o que ressalta a necessidade de capacitar e trazer metodologias aos conselheiros.

Os resultados do Conselho e das reuniões são divulgados em um blog (<http://belterra.redemocoronga.org.br/>) e no site da Prefeitura de Belterra (<http://belterra.pa.gov.br/>), sendo de responsabilidade da equipe de comunicação da própria Prefeitura.

A Prefeitura é também responsável por encaminhar um documento com as decisões tomadas para os órgãos responsáveis por executá-las.

Laércio afirma que participar do Conselho é uma forma de aprender para depois assumir posição de gestão, estando essas pessoas muita vezes mais preparadas do que os próprios atuais representantes em posição no governo.

Papel do Conselho da Cidadania e seu conselheiro

“O Conselho discute problemas da sociedade, políticas públicas. Não só reclamações, mas propostas para viabilizar as políticas públicas.” Além disso, Laércio afirmou que o Conselho deve monitorar o acompanhamento do que for discutido, também perante o Governo Municipal.

O papel do conselheiro é de “organizar a população para participar”. Tem papel tanto participativo como deliberativo.

“O direito de ser cidadão é de sair da plateia e subir no palco”, afirma Laércio quanto ao papel da população frente a gestão do município.

Desafios do Conselho da Cidadania

Dificuldade de implementação do Plano e do Conselho em razão da cultura e falta de entendimento e compreensão dos funcionários e pessoas que participam quanto ao objetivo e “papel”.

Necessidade de mudar a cultura da Câmara, de não mais ver o Conselho como uma ameaça a seu poder e papel, e sim, de se conscientizar da ótima ferramenta e oportunidade de cooperação para a administração da cidade. Inclusive, no início desse ano, em janeiro, houve grande confusão em frente a Câmara, entre pessoas da sociedade civil e vereadores, e havendo também, a necessidade de presença da política.

Mudar a cultura dos líderes comunitários e das próprias comunidades de não pensarem apenas nos interesses específicos e individuais de suas comunidades e associações, mas no coletivo e interesse geral da sociedade belterrense.

Laércio, assim como a Antônia Cândida, presente em parte da reunião, deu grande destaque ao desafio quanto ao controle social, isto é, da sociedade civil acompanhar e cobrar o encaminhamento das decisões. Complementa ainda da necessidade de “ chamar os responsáveis para participar das reuniões”. O problema envolve ainda o monitoramento da decisão final quanto a alocação e execução do orçamento do município.

Outro problema comentado por Laércio é que as vezes os conselheiros eleitos não são os mais indicados ou preparados para assumir tal responsabilidade, mas alguns acabam aprendendo.

Temas tratados nas reuniões do Conselho da Cidadania

Orçamento e PPA são discutidos

POP – Orçamento Participativo

CONSELHO DISTRITAL

Criação do Conselho Distrital

Estrutura do Conselho Distrital

Temas tratados nas reuniões dos Conselhos Distritais

Encaminhamento de questões dos Conselhos Distritais

Desafios e problemas relacionados aos Conselhos Distritais

Relação com o Conselho da Cidadania

ASSOCIAÇÕES

Criação da Associação

Estrutura da Associação

Temas tratados nas reuniões das Associações

Encaminhamento de questões das Associações

Desafios e problemas relacionados às Associações

Relação com o Conselho da Cidadania

PERCEPÇÕES GERAIS

Na reunião com o senhor Laércio, estavam presentes no mesmo recinto, e inclusive em torno de nossa reunião, o senhor Ezequias, novo Coordenador de Planejamento, e uma técnica da Secretaria de Planejamento, a senhora Cristina. Ainda durante a entrevista a senhora Antônia Candida apareceu e ficou presente conosco por um tempo. Com certeza a presença dessas pessoas interferiu nas respostas do senhor Laércio.

Além disso, Laércio demonstrou postura bem política e tinha grande parte do discurso pronto, parecendo ser já comum ou ensaiado. O posicionamento político do mesmo, bem como seus anseios políticos e críticas foram bem evidentes e expostos.

A) Visão e tipo de minipúblico

Para L, as Assembléias tem por finalidade dar voz aos cidadãos. Isso se conecta com o tipo 1 de minipúblico de acordo com FUNG (2003).

O papel do CC na elaboração da LOA mostra um minipúblico de tipo 2, de influência nas políticas públicas por meio das preferências.

B) QUEM? Recrutamento e seleção dos participantes

Possui sete cargos executivos, quatro da sociedade civil e três representantes do governo (listagem em documento acerca do conselho em anexo), os quais estão definidos pelo regimento interno de criação do conselho, com base em eleição realizada na criação do Conselho Executivo, por parte dos próprios representantes do Conselho da Cidadania, isto é, tanto pela sociedade civil como pelo governo.

As Assembléias abrangem os representantes dos distritos além dos conselheiros do Conselho da Cidadania. Entretanto, qualquer pessoa pode participar com direito a voz, e apenas os conselheiros possuem direito a voto.

C) O QUÊ? Assunto e escopo das deliberações

As Assembléias ocorrem semestralmente ou quando se faz necessário (a exemplo da Assembléia Extraordinária que ocorre para discutir a organização do Congresso. Na Assembléia do primeiro semestre é discutido o plano anual, e na do segundo, é realizada uma avaliação do que foi realizado, como também, se a gestão participativa valeu a pena e se todos concordam que deva continuar, e como.

Cada Plenária Distrital deve decidir três prioridades para o governo, as quais devem ser consideradas na decisão quanto a alocação do orçamento municipal.

D) COMO? Modo de deliberação

Nas Assembléias qualquer pessoa pode participar com direito a voz, e apenas os conselheiros possuem direito a voto.

E) QUANDO? Recorrência

As Assembléias ocorrem semestralmente ou quando se faz necessário (a exemplo da Assembléia Extraordinária que ocorre para discutir a organização do Congresso). Nas reuniões os representantes já recebem os convites para as próximas reuniões.

F) POR QUÊ? Interesses em jogo (*stakes*)

Na Assembléia do primeiro semestre é discutido o plano anual, e na do segundo, é realizada uma avaliação do que foi realizado, como também, se a gestão participativa valeu a pena e se todos concordam que deva continuar, e como. Dessa forma é possível notar que o objetivo da Assembléia é uma avaliação mais geral e com presença de maior diversidade de representantes e pessoas, com intuito decisório a princípio, e avaliativo posteriormente.

Cada Plenária Distrital deve decidir três prioridades para o governo, as quais devem ser consideradas na decisão quanto à alocação do orçamento municipal, dessa forma, há grandes decisões em jogo, muito importante e difíceis de serem tomadas em razão do número restrito. Por outro lado, por se tratar de reunião realizada por distrito, imagina-se que haverá maior congruência de interesses do que se realizada com o município todo. Entretanto, na realidade da região em questão, um distrito é uma área muito grande e que pode abranger condições e interesses bem distintos.

G) EMPOWERMENT

Na Plenária Distrital deve-se decidir três prioridades para o governo, as quais devem ser consideradas na decisão quanto a alocação do orçamento municipal, de modo que tais decisões obtidas nas plenárias em cada município pode

Os resultados do Conselho e das reuniões são divulgados em um blog (<http://belterra.redemocoronga.org.br/>) e no site da Prefeitura de Belterra (<http://belterra.pa.gov.br/>), sendo de responsabilidade da equipe de comunicação da própria Prefeitura.

A Prefeitura é também responsável por encaminhar um documento com as decisões tomadas para os órgãos responsáveis por executá-las, de modo que estas sejam decisivas no planejamento e execução de tais decisões tomadas.

H) Monitoramento

Os resultados do Conselho e das reuniões são divulgados em um blog (<http://belterra.redemocoronga.org.br/>) e no site da Prefeitura de Belterra (<http://belterra.pa.gov.br/>), sendo de responsabilidade da equipe de comunicação da própria Prefeitura.

Laércio, assim como a Antônia Cândida, presente em parte da reunião, deu grande destaque ao desafio quanto ao controle social, isto é, da sociedade civil acompanhar e cobrar o encaminhamento das decisões. Complementa ainda da necessidade de “ chamar os responsáveis para participar das reuniões”. O problema envolve ainda o monitoramento da decisão final quanto a alocação e execução do orçamento do município. Entretanto, nenhum mecanismo oficial foi comentado por Laércio.

Data: 03/07

Nome: **ANTÔNIA CÂNDIDA (Toninha)**

Cargo/instituição/comunidade: Mulher do Prefeito

Telefone: --

Entrevistado por: Gabriela Fernandez (ponto focal), Graziela Azevedo, Manuela Malheiros e Patrícia Prette.

CAR – Cadastro Ambiental Rural vai criando cidadania, já que faz com que as pessoas comecem a agir ambientalmente corretas. Belterra é o primeiro e único município do Pará a fazer isso com autonomia.

Município tem mais de quatro mil quilômetros quadrados, mais por exemplo na região da BR há cerca nas terras, e no Tapajós não há divisão, isto é, há regiões muito diferentes.

Revista P... Abrão de maio consta uma reportagem sobre o avanço da cidadania em Belterra.

Impacto do Bolsa-Família no número de crianças nas escolas e também no aquecimento do comércio local – aumento muito grande da quantidade destinada a cidade.

História de vida e experiências/Experiências de engajamento e participação

Mulher do Prefeito há aproximadamente vinte anos, Antônia Cândida, mais conhecida como Toninha, trabalhou durante muitos anos na ONG Saúde e Alegria e já foi deputada federal.

CONSELHO DA CIDADANIA

Criação do Conselho da Cidadania

O Conselho da Cidadania foi criado a partir do Plano Diretor, o qual, por sua vez, foi desenvolvido a partir das seguintes etapas:

- 1) **Leitura Comunitária:** por meio de sessenta e quatro assembleias realizadas por todo o município, a população pode expressar sua percepção acerca da realidade de Belterra. Nesses encontros foi utilizado um vídeo explicativo sobre Plano Diretor, e a intenção era também de mostrar para a população a importância de se planejar Belterra para os próximos vinte anos.
- 2) **Mapa de Conflitos:** o cruzamento dos relatórios realizados a partir dessas assembleias da etapa um deu origem a diversos mapas de conflitos, os quais retratam diversos cenários e características das regiões e zonas do município. Por exemplo, foi possível notar que aproximadamente 74% do município é Área de Proteção Ambiental.
- 3) **Leitura Técnica:** nesta etapa foram considerados e analisados aspectos técnicos, a exemplo do papel do Plano Diretor, objetivo, grau de aprofundamento, limites de escopo, entre outros, para definir características específicas do Plano Diretor de Belterra, levando em conta os dados obtidos anteriormente por meio da população, de modo a produzir uma primeira versão. Os técnicos trabalharam voluntariamente, e foram provenientes de organizações diversas, a exemplo da ONG IPAM, Universidade Federal do Pará, Saúde e Alegria, entre outras universidades federais e organizações não governamentais.

Todas essas etapas foram finalizadas no ano de 2006 e foi a própria Prefeitura que tomou a iniciativa e organizou tudo.

Em setembro de 2007 a Câmara aprovou o Plano Diretor.

Estrutura do Conselho da Cidadania

Foi estabelecido que o Conselho deveria ser formado por representantes de associações e segmentos sociais (a exemplo de juventude, mulheres e idosos). Haveria apoio

também de delegados, que seriam eleitos por comunidade, sendo um delegado a cada dez participantes presentes na assembleia realizada na dada comunidade. Há por volta de dezenove delegados na FLONA, dezoito na BR 63 e dez na cidade.

Papel do Conselho da Cidadania e seu conselheiro

“(...) conselheiros, que são melhores que os vereadores”.

Desafios do Conselho da Cidadania

Outros conselhos não estão bem, como o da Educação e da Merenda, mas o da Saúde e FUNDEP, pelo contrário, estão melhor.

Necessidade de investimento nas condições de participação, a exemplo do que se gasta com locomoção e alimentação ao participar de uma reunião. O Conselho de Cidadania ressarcir as passagens dos conselheiros.

“Tem que virar lei, se não vem alguém e muda tudo isso!”. – necessidade de institucionalizar tudo.

Temas tratados nas reuniões do Conselho da Cidadania

CONSELHO DISTRITAL

Criação do Conselho Distrital

Estrutura do Conselho Distrital

Temas tratados nas reuniões dos Conselhos Distritais

Encaminhamento de questões dos Conselhos Distritais

Desafios e problemas relacionados aos Conselhos Distritais

Relação com o Conselho da Cidadania

ASSOCIAÇÕES

Criação da Associação

Estrutura da Associação

Temas tratados nas reuniões das Associações

Encaminhamento de questões das Associações

Desafios e problemas relacionados às Associações

Relação com o Conselho da Cidadania

PERCEPCÕES GERAIS

Antônia Cândida chegou quando a reunião já havia começado, e ficou após convite de Laércio, e mesmo sem saber direito do que tratávamos ficou conversando conosco. Durante algumas perguntas feitas ao Laércio respondeu também, mas principalmente falou sobre como era o município antes e agora, diferença na gestão e o impacto do posicionamento político e modelo de gestão. Nesse sentido em especial, muito foi discutido pela Antônia sobre seu posicionamento e defesa de candidatos à prefeitura e à Câmara, citando inclusive partidos, e em especial sua bandeira, o Partido dos Trabalhadores.

A) Visão e tipo de minipúblico

B) QUEM? Recrutamento e seleção dos participantes

Foi estabelecido que o Conselho deveria ser formado por representantes de associações e segmentos sociais (a exemplo de juventude, mulheres e idosos). Haveria apoio também de delegados, que seriam eleitos por comunidade, sendo um delegado a cada dez participantes presentes na assembleia realizada na dada comunidade. Há por volta de dezenove delegados na FLONA, dezoito na BR 63 e dez na cidade.

C) O QUÊ? Assunto e escopo das deliberações

D) COMO? Modo de deliberação

E) QUANDO? Recorrência

F) POR QUÊ? Interesses em jogo (*stakes*)

G) EMPOWERMENT

H) Monitoramento

Data: 03/07/2012

Nome: **WALDEMAR**

Cargo/instituição/comunidade: Chefe de Gabinete

Telefone:

Entrevista por: Gabriela Fernandez, Graziela Azevedo, Manuela Malheiros e Patrícia Prette (ponto focal).

Equipe FGV: Gabriela Fernandez, Graziela Azevedo, Manuela Malheiros e Patrícia Prette.

História de vida e experiências/Experiências de engajamento e participação

Waldemar compõe, atualmente, a chefia do gabinete e foi secretário de planejamento do município de Belterra.

CONSELHO DA CIDADANIA

Criação do Conselho da Cidadania

Estrutura do Conselho da Cidadania

Há uma forte relação entre o Conselho da Cidadania e as comunidades, visto que se pretende um empoderamento da população. Já se observa o desejo de se estimular o senso político da sociedade a partir da composição do Executivo do Conselho da Cidadania, o qual é composto em 40% por membros do governo e 60% civis.

Cada distrito elege determinadas prioridades. Posteriormente, o Conselho da Cidadania faz uma análise e, então, um orçamento para poder dizer quantas e quais prioridades poderão ser devidamente atendidas. Os delegados eleitos por distrito que decidirão quais serão implementadas.

As decisões do Congresso (realizado pelo Conselho da Cidadania) são, teoricamente, para 2 anos. Ao final desse período é realizado um balanço para se constatar sua situação (se foi ou não realizado).

Há uma junção entre o resultado das discussões do Congresso com as prioridades das secretarias municipais além dos interesses da Câmara.

Papel do Conselho da Cidadania e seu conselheiro

Desafios do Conselho da Cidadania

O Conselho da Cidadania deveria acompanhar mais todo o processo de encaminhamento dos projetos para a elaboração da LOA (Lei Orçamentária Anual).

Temas tratados nas reuniões do Conselho de Cidadania

No Conselho da Cidadania, discutem-se temas tais como a pavimentação das vias municipais, a estrutura para a existência de água encanada, o fornecimento de máquinas para a realização das obras em geral, construção de escolas e postos médicos, entre outros.

CONSELHO DISTRITAL

Criação do Conselho Distrital

Conselho Distrital: uma instância do Conselho da Cidadania, uma consequência.

Estrutura do Conselho Distrital

Temas tratados nas reuniões dos Conselhos Distritais

Encaminhamento de questões dos Conselhos Distritais

Desafios e problemas relacionados aos Conselhos Distritais

Relação com o Conselho da Cidadania

ASSOCIAÇÕES

Criação da Associação

Estrutura da Associação

Temas tratados nas reuniões das Associações

Encaminhamento de questões das Associações

Desafios e problemas relacionados às Associações

Relação com o Conselho da Cidadania

PERCEPÇÕES GERAIS

Consideraram importante fazer um Plano Diretor devido a vários fatores (como por exemplo, o fato de Belterra ser um município às margens do rio Tapajós bem como estar nas proximidades de Santarém).

Procuraram fazer a identificação dos problemas pelos quais Belterra passa e, conseqüentemente, estabelecer as melhores formas de solucioná-los, como por exemplo, através de parcerias com instituições como a FASE e recursos e apoio da União Europeia. Além disso, cooperaram, para tanto, a organização de entidades civis cooperativas, através de reuniões para a apresentação das propostas. Posteriormente, houve então, a elaboração do Plano Diretor.

Realizou-se a Leitura Comunitária, um conjunto de 60 reuniões mobilizadas para se diagnosticar os problemas pelos quais o município de Belterra estaria passando, um meio de se observar as desigualdades na região.

De acordo com Waldemar, todas as conquistas foram realizadas a partir da elaboração e discussão do Plano Diretor.

A Secretária do Planejamento apresentava foco na regularização fundiária (“Cadastro técnico multifinalitário”). Para tanto, houve então a busca e concentração de informações sociais para se fazer uma ideia da necessidade da sociedade.

Legislação para a regularização de impostos como o IPTU e ISS foi adquirida através do Plano Diretor.

- A) Visão e tipo de minipúblico
- B) QUEM? Recrutamento e seleção dos participantes
- C) O QUÊ? Assunto e escopo das deliberações
- D) COMO? Modo de deliberação
- E) QUANDO? Recorrência
- F) POR QUÊ? Interesses em jogo (*stakes*)
- G) EMPOWERMENT
- H) Monitoramento

Data: 03/07/2012

Nome: **GERALDO PASTANA**

Cargo/instituição/comunidade: Prefeito do município de Belterra

Telefone:

Entrevista por: Gabriela Fernandez, Graziela Azevedo, Manuela Malheiros e Patrícia Prette (ponto focal).

Equipe FGV: Gabriela Fernandez, Graziela Azevedo, Manuela Malheiros e Patrícia Prette.

História de vida e experiências/Experiências de engajamento e participação

Prefeito é de Belterra mesmo, estudou em Recife. Passou a estudar para se formar Padre. Voltou para a região em 1974. Passou a realizar “Ações Comunitárias” com a população, assim como defender direitos sociais.

Entrou no Sindicato Rural dos Trabalhadores.

Ou seja, iniciou em organizações comunitárias, passou ao sindicato para, posteriormente, aderir à política como meio profissional. Faz parte, atualmente, do executivo do Conselho da Cidadania.

CONSELHO DA CIDADANIA

Criação do Conselho da Cidadania

Estrutura do Conselho da Cidadania

Nas reuniões, fazem uma avaliação, observam a situação, conversam sobre possibilidades de mudanças e modos de se cobrar resultados dos órgãos públicos, além do estabelecimento de parcerias.

Papel do Conselho da Cidadania e seu conselheiro

Papel do Conselheiro: sentir-se mais valorizado, começar a ter consciência de cidadania. Passar a consciência de cidadania à população em geral, estimular a participação política social e controle dos atos públicos.

Desafios do Conselho da Cidadania

Problema da questão cultural. Deve-se investir em uma mudança no comportamento da sociedade, além de uma mudança no próprio comportamento da prefeitura. Ampliar o controle social, estimular o senso crítico dos cidadãos como marca de participação.

Maiores desafios para a implementação de decisões do Conselho da Cidadania: mentalidade atual cultural das pessoas, questão financeira social, o que muitas vezes impede-as de acessar informações e meios para discussão.

Temas tratados nas reuniões do Conselho de Cidadania

CONSELHO DISTRITAL

Criação do Conselho Distrital

Estrutura do Conselho Distrital

Temas tratados nas reuniões dos Conselhos Distritais

Encaminhamento de questões dos Conselhos Distritais

Desafios e problemas relacionados aos Conselhos Distritais

Relação com o Conselho da Cidadania

ASSOCIAÇÕES

Criação da Associação

Estrutura da Associação

Temas tratados nas reuniões das Associações

Encaminhamento de questões das Associações

Desafios e problemas relacionados às Associações

Relação com o Conselho da Cidadania

PERCEPCÕES GERAIS

Visto que a sociedade se encontra em meio a um ano eleitoral, o discurso político toma ainda mais força. Em se tratando de uma conversa com o prefeito do município, já se espera um discurso mais articulado e voltado a determinados interesses políticos, o que pode ser ainda mais enfatizado devido ao contexto de disputa eleitoral.

A) Visão e tipo de minipúblico

B) QUEM? Recrutamento e seleção dos participantes

C) O QUÊ? Assunto e escopo das deliberações

D) COMO? Modo de deliberação

E) QUANDO? Recorrência

F) POR QUÊ? Interesses em jogo (*stakes*)

G) EMPOWERMENT

H) Monitoramento

Data: 04/07/2012

Nome: **ANTÔNIA OCHÔA**

Cargo/instituição/comunidade: Foi Secretária Executiva do Conselho da Cidadania durante cinco anos. (2006-2011)

Telefone: (93)9147-4879

Entrevista por: Gabriela Fernandez, Graziela Azevedo, Manuela Malheiros (ponto focal) e Patrícia Prette.

Equipe FGV: Gabriela Fernandez, Graziela Azevedo, Manuela Malheiros e Patrícia Prette.

História de vida e experiências/Experiências de engajamento e participação

Pai, Manuel Batista, conhecido como “Nego Velho” era um ativista político. Era próximo do atual prefeito, Pastana, com quem costumava realizar reuniões escondidas durante a época da Ditadura Militar.

Assim, Antônia nasceu no auge dos movimentos sociais em prol de sair da repressão. Durante a infância lidou com a revolta por ter o pai ausente. Afirma que “não teve a figura do pai” e que “perdeu o pai para a causa”, pois ele ia de porta em porta a fim de juntar

peças para a luta, e por isso nunca estava em casa. Era a mais nova de nove filhos e os mais velhos ajudavam o pai, mas na época ela não entendia o trabalho dele.

Até certa época nunca tinha se envolvido em questões comunitárias e até então ainda não entendia porque o pai tinha sido ausente. Foi quando ela começou a trabalhar na Secretaria da Educação em Belterra. Seguiu a secretária pra onde fosse e elas se tornaram próximas. Ela contava para Antônia das dificuldades da 1ª gestão, ensinava e a incentivava. Nas palavras dela: “eu ia nos lugares, ouvia e observava, mas nunca falava”.

Considerava-se uma “medrosa política”, mas durante o processo de elaboração do Plano Diretor e do Conselho da Cidadania aprendeu a ter coragem. Nessa época, teve contato com a Prof.ª Misa (Mestra), que fazia parte da coordenadoria criada para o Plano (núcleo gestor), e com quem conversou e aprendeu muito. Antônia se envolveu na criação do um pouco depois de começar e passou a ser Secretária Executiva, porém, ela não sabia fazer nada e isso lhe deu muita insegurança inicialmente.

“Ela [Prof.ª Misa] me ensinou a ter coragem, Coragem de acreditar antes da coragem de fazer. Porque não se faz sem acreditar antes”.

Conforme foi acompanhando os processos do Plano Diretor, como a leitura comunitária e a pactuação da leitura técnica com essa última, Antônia aprendeu muito. Aprendeu também com as lideranças comunitárias com as quais passou a ter contato. Em suas palavras: “ver a realidade tão diferente deles e ver a luta deles”.

Em contrapartida, também viu coisas erradas e sentiu que não podia cruzar os braços para aquilo. Foi quando abraçou a causa e passou a entender o pai. “Alguém deve fazer alguma coisa senão não vai mudar”, diz. Assim, Antônia também possui admiração pelo prefeito Pastana e deposita sua confiança nele, pois ele “se criou nisso”, que é na luta por uma causa e, segundo ela, é algo que não se pode ignorar.

Nesse processo, ela se deparou com algumas dificuldades e relatou uma em especial. Foi uma situação na qual ela reclamava para um senhor de uns 60, 70 anos chamado Antônio Vieira, a respeito do enorme esforço que estava sendo exigido dela para mobilizar as pessoas. O senhor disse para ela então, que ela deveria ter “paciência e persistência, pois nem todo mundo pensa como você”.

Antônia Ochôa, mãe de nove filhos, foi Secretária Executiva do Conselho da Cidadania durante cinco anos (2007 a 2011) e, após essa experiência, ela viu que no Conselho, debatia-se muito, mas nem sempre conseguiam “o todo”, ou seja, chegar numa decisão com a

qual todos concordassem. Segundo ela, isso acontecia porque “cada secretaria é uma cabeça e cada cabeça é diferente. Alguns se abrem para a discussão; alguns querem manipular a discussão; alguns nem querem discutir” e por isso é preciso aprender a conversar, discutir e lidar com cada um.

CONSELHO DA CIDADANIA

Criação do Conselho da Cidadania

O Conselho da cidadania não é invenção de Belterra, normalmente é o Conselho da Cidade, mas Belterra quis ser diferente. Queria implantar a cidadania.

Enquanto um município muito rural, havia um desejo de levar desenvolvimentos para essas áreas. Além disso, tinha sido emancipado há pouco tempo, desde 1995 apenas. Foi nesse contexto que, de 2005 para 2006, o Conselho da Cidadania era elaborado junto com o Plano Diretor.

O Conselho deveria servir como um mecanismo para assegurar que o Plano Diretor tivesse continuidade ao longo dos próximos anos. Afinal, o governo é efêmero, mas a sociedade civil sempre continua.

Estrutura do Conselho da Cidadania

A escolha dos grupos ou segmentos que são representados no Conselho da Cidadania foi feita, numa primeira vez, por votação no 1º Congresso da Cidadania. Houve uma primeira etapa na qual foi feito um levantamento dos grupos e depois os que tinham mais força prevaleceram na votação.

São 27 membros titulares e para cada um há um suplente, eles formam o Conselho da Cidadania. Há 17 grupos ou segmentos da sociedade civil. A Executiva tem o poder de propor discussões e apresentar projetos para o governo, dela fazem parte sete organizações, sendo um coordenador executivo, que não tem mais poder, apenas mais trabalho, porém às vezes isso se confunde. Dentre as sete, quatro são da sociedade civil (dentre os 17 do “Conselhão”, são os quatro mais votados) e três do governo (o prefeito nomeia). A estrutura não é paritária para não favorecer o governo.

A frequência das reuniões da Executiva é de 15 em 15 dias, mas pode ser semanalmente também. Essas reuniões tinham o intuito de acompanhar as tarefas relacionadas

ao governo. O “Conselhão” não era informado de tudo que acontecia nas reuniões da Executiva.

As Assembleias, por lei, devem acontecer duas vezes por anos, mas na época em que Antônia era Secretária Executiva, ela acontecia duas vezes por mês. Quanto ao funcionamento delas, a Executiva que coordenava, havendo uma pauta programada. Assim, todos fazem o debate e apesar de serem abertas, apenas os conselheiros eram mais presentes. Todas as pessoas poderiam falar, porém não tinham poder de voto, isso apenas os conselheiros possuíam. Além disso, elas tinham um papel de monitoramento, pois às vezes algumas secretarias eram chamadas para esclarecimentos.

O Conselho da Cidadania que coordena do Planejamento Orçamentário Participativo (POP). São realizadas plenárias do POP, do Congresso, dos distritos e cada segmento pode fazer sua própria plenária.

A divulgação das reuniões acontece por meio de convites. Há uma comissão por distrito que recebe uma preparação para falar para as pessoas, ajudando na mobilização. Antônia evitava enviar por alguém, pois a mensagem poderia não ser passada de forma correta, enfatizando a importância de as pessoas participarem.

A divulgação das discussões era feita internamente no Conselho por meio de relatórios repassados para que os conselheiros pudessem assim repassar para as pessoas.

Antônia considera uma conquista o fato de o Conselho da Cidadania funcionar como um guarda-chuva que engloba vários Conselhos Distritais. Assim, em cada distrito há um representante do Conselho da Cidadania.

O Conselho da Cidadania monitora o Plano Diretor. O Congresso da Cidadania é o único que pode alterar o Plano.

Papel do Conselho da Cidadania e seu conselheiro

Segundo Antônia, o Conselho da Cidadania tem o papel de fazer a discussão das políticas públicas.

O papel do conselheiro ela considera importante, mas nem todos se apropriam disso ainda, retardando o avanço. Assim, há dificuldade de o Conselho se desenvolver e tomar

decisões junto ao governo. Esse último abriu um espaço para poder deliberar só que não vão até o fim, pois eles apenas propõem, mas não batem de frente com o governo. “O Conselho da Cidadania ainda é muito observador e não se impõe ao governo com firmeza”, diz. Para ela, isso é um processo cultural, pois os líderes não se entendem nesse papel ainda.

Desafios do Conselho da Cidadania

Antônia acredita que o Conselho da Cidadania não é perfeito e ainda está em processo de formação. Apesar disso, já foi capaz de trazer a sociedade civil para a discussão e que esse avança para o município já é importante.

Durante os anos em que foi Secretária, ela percebeu que “existe falta de entrelaçamento entre as estruturas”. O Conselho da Cidadania precisa debater e se unir aos outros conselhos. Mas esses outros conselhos não entende o primeiro e se fecham e realizam suas próprias assembleias:

“Um acha que está perdendo poder para o outro. Poder é o grande problema para o desenvolvimento social. Não Veem que dividir é crescer, eles acham que dividir é perder”, diz.

Outro problema está relacionado às Conferências das Secretarias do governo. Como a Federação que determina as datas, sempre desencontra e fica difícil para juntar todas as discussões. Se fossem no mesmo período da elaboração do POP seria melhor.

Antônia diz sentir-se envergonhada em relação às coisas que foram discutidas pelo Conselho da Cidadania, mas que não saíram do papel.

Nunca conseguiram realizar as 17 plenárias dos segmentos, sendo que quem mobiliza é o próprio segmento.

Temas tratados nas reuniões do Conselho da Cidadania

Dois exemplos de pautas que eram muito discutidas em Assembleias: problema da água e do lixo.

CONSELHO DISTRITAL

Criação do Conselho Distrital

Estrutura do Conselho Distrital

Temas tratados nas reuniões dos Conselhos Distritais

Encaminhamento de questões dos Conselhos Distritais

Desafios e problemas relacionados aos Conselhos Distritais

Relação com o Conselho da Cidadania

O Conselho da Cidadania é como se fosse um guarda-chuva que engloba vários Conselhos Distritais, assim, em cada distrito há representantes do Conselho.

O Conselho Distrital realiza reuniões no próprio distrito e apresenta ao Conselho da Cidadania as prioridades daquele distrito específico.

Em reuniões junto com o Conselho da Cidadania, nunca comparecem todos os conselheiros distritais. O governo reembolsa o transporte dos conselheiros da cidadania e teoricamente não fazem isso pelos distritais, mas segundo Antônia isso pe geralmente feito.

ASSOCIAÇÕES

Criação da Associação

Estrutura da Associação

Temas tratados nas reuniões das Associações

Encaminhamento de questões das Associações

Desafios e problemas relacionados às Associações

Relação com o Conselho da Cidadania

PERCEPCÕES GERAIS

Discussão da sociedade como fiscalizadora do governo:

Na opinião de Antônia, alguns governos não querem a sociedade civil fortalecida. Em Belterra, tem acontecido uma mudança na cultura da população em parte graças à força de consciência de cidadania do prefeito Pastana. Ela diz que o prefeito desafia o Conselho da Cidadania. Essa mudança também contou com o esforço da FASE que, desde 2005, fornece capacitações para a sociedade civil e para o Conselho. A ONG entra com as pessoas, os técnicos e estão sempre “reiniciando” as capacitações, pois há uma rotatividade dentro do Conselho, o que faz com que sempre haja essa demanda.

Com essa mudança de cultura pra uma sociedade civil mais participativa nas discussões das políticas públicas, surgiu também a discussão de que ela não só assume o papel de reivindicadora, mas também deve assumir a responsabilidade de fiscalizar o governo. Assim, houve várias tentativas de estruturação de uma comissão fiscalizadora, porém, todas frustradas.

A primeira estrutura criada chamava-se COFIS (Comissão de Fiscalização) e consistia numa única Comissão da sociedade civil para fiscalizar qualquer obra do governo. A primeira Comissão foi eleita dentro do Congresso da Cidadania, contando com um representante voluntário de cada distrito, que ficaria responsável por fiscalizar o próprio distrito. Essa estrutura não funcionou, pois, além de ser muito difícil uma única pessoa fiscalizar um distrito inteiro, faltava conhecimento técnico para realizar tal tarefa.

Após isso ainda houve a tentativa de um segundo modelo de fiscalização que apresentava uma comissão diferente para cada obra do governo, mas também não obteve sucesso. Atualmente, a própria comunidade que fiscaliza as obras feitas nelas próprias, pois as pessoas sabem que é importante eles avaliarem e fiscalizarem.

Segundo Antônia, todas essas tentativas foram fracassadas, pois faltou organização do Conselho da Cidadania que deveria eleger essas comissões fiscalizadoras. Isso, porque ele acumulou muitas responsabilidades e não conseguiu cumprir todas elas. Ele deveria não só eleger, mas também analisar as avaliações das obras feitas pela comissão, porém, nenhuma avaliação chegou a ser feita. Além disso, parece que o papel das comissões não havia ficado tão claro para os seus membros.

- A) Visão e tipo de minipúblico
- B) QUEM? Recrutamento e seleção dos participantes
- C) O QUÊ? Assunto e escopo das deliberações
- D) COMO? Modo de deliberação
- E) QUANDO? Recorrência
- F) POR QUÊ? Interesses em jogo (*stakes*)
- G) EMPOWERMENT
- H) Monitoramento

Data: 04/07/2012

Nome: **ELTON JOHN**

Cargo/instituição/comunidade: Coletivo da Juventude

Telefone: (93) 9192-1959

Entrevista por: Gabriela Fernandez, Graziela Azevedo, Manuela Malheiros (ponto focal) e Patrícia Prette.

Equipe FGV: Gabriela Fernandez, Graziela Azevedo, Manuela Malheiros e Patrícia Prette.

História de vida e experiências/Experiências de engajamento e participação

Hoje, com 27 anos, Elton afirma ter entendido o seu papel de reivindicar graças ao Conselho da Cidadania.

Seu pai era um militante de Maguari, presidente da Associação da comunidade. Elton estudou em Manaus até os 17 anos e depois voltou para Belterra. Nessa época ele já participava de grupos como a Igreja e comparecia a eventos públicos.

Assim, houve uma época em que surgiu a necessidade de se criar o Coletivo da Juventude. Para tanto, ele saiu de seu trabalho na Prefeitura de Belterra para ser coordenador quando o Coletivo alcançava seu auge.

A principal motivação para a criação do Coletivo foi que eles perceberam que os jovens já não ficavam mais em Belterra, porque casam ou vão trabalhar em outros municípios. Além disso, os que ficavam não eram tão participativos quanto os mais velhos, eram mais individualistas, principalmente no centro, onde havia divulgação adequada.

Em 2007, Elton recebeu uma proposta de projeto da FASE e assim passou a conhecer melhor o município de Belterra, suas características e diferenças mais gritantes como as comunidades da FLONA e as da BR.

Elton está hoje envolvido em outros projetos como o Grito da Terra. Esse projeto consiste em uma passeata até Santarém para gritar pelas necessidades. A motivação disso foi o fato de eles terem cansado de só conversar e enviar documentos e não acontecer nada, enfim, é uma forma de pressionar o governo. Quanto ao Conselho da Cidadania, para quem eles poderiam direcionar a reivindicação, ele o considera um problema, pois há conselheiro que não executa o seu trabalho. Os líderes do Conselho são da prefeitura e não vão bater de frente com o governo, assim, eles não oferecem a estrutura que eles precisam, por má vontade.

Elton tem um filho de oito anos e já trabalhou dando aula em escola particular, na prefeitura e em um supermercado, sendo o último durante a época em que morou em Manaus. “As dificuldades são muitas, mas se você correr atrás você consegue”, diz.

CONSELHO DA CIDADANIA

Criação do Conselho da Cidadania

Estrutura do Conselho da Cidadania

Segundo Elton, o Conselho da Cidadania não é para ser ligado ao governo. Ele é da sociedade civil, porém tem coisas do governo.

O Coletivo da Juventude é um segmento participante do Conselho da Cidadania. O Sr. Williames da Costa era o titular e o Sr. Jeferson Correa o suplente, porém, o primeiro está se candidatando a vereador, portanto está afastado do cargo.

A reunião da Executiva acontece de 15 em 15 dias e as Assembleias acontecem de 3 a 4 vezes por anos, contudo, duram vários dias.

As decisões da Executiva são tomadas coletivamente de acordo com a necessidade, se houver consenso e deve respeitar as decisões do “Conselhão”.

O encaminhamento das discussões acontece pela participação do governo nas Assembleias, nas quais é realizado um diagnóstico do município.

Papel do Conselho da Cidadania e seu conselheiro

Para Elton, o papel do conselheiro é de responsabilidade com o Conselho da Cidadania e também com o município. Ele percebe a atuação do Conselho como importante porque através das decisões dele muito foi conquistado. Consequentemente, a população despertou em prol do melhoramento do município, de ir atrás e reivindicar.

Contudo, ele também acredita que o Conselho deixou a desejar, mas que atualmente esta mais fácil pelo fato de os conselheiros que entram já sabem administrar.

Desafios do Conselho da Cidadania

Na opinião de Elton, as discussões das demandas “acabam em discussão demais e poucas soluções”, assim, acabam sendo apresentadas sempre as mesmas demandas.

Outros grandes desafios do Conselho estão relacionados a questões de transporte e acesso e de falta de comunicação.

Temas tratados nas reuniões do Conselho da Cidadania

Segundo Elton, a pauta das reuniões é definida por todos da Executiva, porém, os representantes do distrito também poderiam trazer pautas para a Assembleia.

Ele não lembrava muito dos temas das Assembleias, mas sabia que estavam ligados às necessidades e prioridades do município.

Alguns exemplos: economia do município, educação, transporte, saúde, etc.

As demandas são apresentadas ao Conselho da Cidadania através da Assembleia.

CONSELHO DISTRITAL

Criação do Conselho Distrital

Estrutura do Conselho Distrital

Temas tratados nas reuniões dos Conselhos Distritais

Encaminhamento de questões dos Conselhos Distritais

Desafios e problemas relacionados aos Conselhos Distritais

Relação com o Conselho da Cidadania

ASSOCIAÇÕES

Criação da Associação

O Coletivo da Juventude recebeu muita ajuda da FASE e trabalharam por distritos e comunidades com a capacitação de lideranças.

Estrutura da Associação

Temas tratados nas reuniões das Associações

Encaminhamento de questões das Associações

Desafios e problemas relacionados às Associações

Atualmente o Coletivo está estagnado, pois os jovem não estão mais participando tanto por casarem ou irem trabalhar em outros municípios.

Relação com o Conselho da Cidadania

Elton foi conselheiro durante quatro anos, desde 2008.

Na época em que foi criado não fazia parte do Conselho da Cidadania. Assim, eles se organizaram para poder participar; fizeram assembleias para eleger uma pessoa para ser conselheiro. Após escolherem um candidato, foram em massa no Congresso da Cidadania em 2007 e conseguiram uma vaga no Conselho da Cidadania.

PERCEPCÕES GERAIS

O entrevistado estava bastante nervoso e distraído durante a entrevista, o que dificultou as entrevistadoras entenderem o raciocínio dele. Ele se confundia e não respondeu todas as perguntas.

- A) Visão e tipo de minipúblico
- B) QUEM? Recrutamento e seleção dos participantes
- C) O QUÊ? Assunto e escopo das deliberações
- D) COMO? Modo de deliberação
- E) QUANDO? Recorrência
- F) POR QUÊ? Interesses em jogo (*stakes*)
- G) EMPOWERMENT
- H) Monitoramento

Data: 05/07/2012

Nome: **IVANICE AZEVEDO DOS SANTOS**

Cargo/instituição/comunidade: Coordenadora da Comunidade de Jamaraquá

Telefone: -

Entrevista por: Gabriela Fernandez, Graziela Azevedo, Manuela Malheiros (ponto focal) e Patrícia Prette.

Equipe FGV: Gabriela Fernandez, Graziela Azevedo, Manuela Malheiros e Patrícia Prette.

História de vida e experiências/Experiências de engajamento e participação

Ivanice tornou-se presidente Associação da comunidade de Jamaraquá em Agosto de 2011 e é suplente do Pedrinho no Conselho Distrital.

Em 1999, trabalhava sozinha com artesanato rustico, furado à mão. Quando seu padrinho veio para Jaramaquá ela passou a morar lá também e vender seus artesanatos na região. Ela vendia bem, pois era um ponto pelo qual passavam muitos barcos. Posteriormente, o SEBRAE a procurou para construir uma casa de artesanato, usando a tecnologia da borracha. Assim, com o apoio do governo federal e estadual por meio de capacitações, atualmente a casa possui sete mulheres trabalhando.

Segundo ela, sente muita dificuldade certas vezes. Por exemplo, o seu envolvimento com a Associação a atrapalhava muito nos estudos. Com sete filhos, ela precisou parar na 4ª série, mas voltou a estudar em 2011 durante a noite, já que durante o dia se dedica ao artesanato.

Em relação às dificuldades que ela encontra, a principal é a questão da saúde, pois não há posto de saúde próximo. Houve situações nas quais ela precisou de atendimento e que teve que resolver a situação sozinha. Para ela, “quando se organiza fica mais fácil de resolver. Cada um vai buscando uma solução”.

Ivanice deixou de trabalhar na roça, pois obteve uma renda a mais com a bolsa família. Isso foi muito bom para ela já que costumava passar mal com o calor excessivo. Atualmente os filhos também ajudam. “Hoje tem nossas coisas de pouquinho, mas nós temos”.

Ela nunca participou do POP e já ouviu falar do Congresso da Cidadania.

CONSELHO DA CIDADANIA

Criação do Conselho da Cidadania

Estrutura do Conselho da Cidadania

Ivanice identifica que a pessoa com mais influencia dentro do Conselho é o Laércio e que quem trás as discussões para a comunidade é o Pedrinho.

Papel do Conselho da Cidadania e seu conselheiro

Ivanice acredita que o Conselho da Cidadania é algo bom para a comunidade, pois discute os assuntos de forma mais abrangente e também elabora propostas.

Quanto ao papel do conselheiro, ela diz que falta incentivo para os conselheiros. Nunca ninguém foi até Jaramaquá falar nada. Ela acha que devia haver um melhor esclarecimento dos comunitários quanto ao que é o Conselho da Cidadania, no que ele trabalha, quais seus propósitos, etc. Tem que ter “mais diálogo entre conselheiro e comunidade”, diz.

Desafios do Conselho da Cidadania

Ivanice acredita que o Conselho falha na divulgação das reuniões, uma vez que os convites chegam depois que o evento ocorreu.

Temas tratados nas reuniões do Conselho da Cidadania

CONSELHO DISTRITAL

Criação do Conselho Distrital

Estrutura do Conselho Distrital

Temas tratados nas reuniões dos Conselhos Distritais

Encaminhamento de questões dos Conselhos Distritais

Desafios e problemas relacionados aos Conselhos Distritais

Relação com o Conselho da Cidadania

Ivanice diz que nada aconteceu no Conselho Distrital em relação ao Conselho da Cidadania.

ASSOCIAÇÕES

Criação da Associação

Antes de a associação ser formalizada, ou seja, antes de possuir CNPJ, esta não recebia nenhum benefício do governo.

Na época da fundação, possuía 30 sócios.

Estrutura da Associação

Segundo Ivanice, qualquer pessoa que mora em Jaramaquá tem o direito de se associar, desde que pague. Para que a Associação admita novos membros, há uma Assembleia semestral, na qual primeiro a pessoa demonstra seu interesse em se associar, depois ela é

informada a respeito das regras e se todos estão de acordo, a pessoa é admitida. Paga-se R\$1,00 por mês.

Quanto às reuniões fora da comunidade, ela diz que qualquer membro da diretoria da Associação pode comparecer.

Temas tratados nas reuniões das Associações

Encaminhamento de questões das Associações

Desafios e problemas relacionados às Associações

Ivanice relatou dois principais exemplos que retratam alguns dos desafios pelos quais passa a comunidade:

O primeiro está relacionado às estradas de terra que precisam de asfaltamento. O principal problema que isso gera não é apenas a locomoção dificultosa, mas que a terra da serra escorre para o rio, e daqui alguns anos, há o risco de os igarapés serem totalmente tomados.

Outro exemplo é o sistema de água. Antigamente o sistema de Jamaraquá dependia do de Maguari, comunidade vizinha. Segundo ela, o preço que eles pagavam por isso era desproporcional, pois Maguari era muito maior. Ela diz que “uma comunidade não gosta de depender de outra”, então os habitantes de Jamaraquá se juntaram e mandaram cavar um poço exclusivo, desmembrando-se de maguari. Hoje eles pagam cerca da metade do que pagavam antes.

Relação com o Conselho da Cidadania

Ivanice participou de apenas uma reunião do Conselho, logo quando este foi criado. Atualmente quem tem participado dessas reuniões é o Pedrinho. Segundo ela, a dificuldade de locomoção até Belterra, onde todas as reuniões são realizadas, é muito grande.

PERCEPÇÕES GERAIS

A) Visão e tipo de minipúblico

B) QUEM? Recrutamento e seleção dos participantes

C) O QUÊ? Assunto e escopo das deliberações

D) COMO? Modo de deliberação

E) QUANDO? Recorrência

F) POR QUÊ? Interesses em jogo (*stakes*)

G) EMPOWERMENT

H) Monitoramento

Data: 06/07/2012

Nome: **RAIMUNDO ALMEIDA** (Dico Tapajós)

Cargo/instituição/comunidade: Presidente da Associação dos Moradores de Piquiatuba

Telefone:

Entrevista por: Graziela Azevedo e Patrícia Prette (ponto focal).

Equipe FGV: Gabriela Fernandez, Graziela Azevedo, Manuela Malheiros e Patrícia Prette.

História de vida e experiências/Experiências de engajamento e participação

Era do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais; sempre teve tendência a participar de movimentos sociais. Atualmente, filiado ao Partido dos trabalhadores (PT).

Participou da ECO-92, no Rio de Janeiro como forma de se atualizar dos problemas vividos e possibilidade de trazer sugestões de melhoria para a região. Acompanhou a Rio + 20.

Foi presidente da comunidade, de clubes, grupos de produtores, delegado representando seu círculo de convivência, diretor da comunidade do sindicato até que entrou para projetos políticos. Posteriormente, criou-se a Associação dos moradores, em que já passou a participar como vice-presidente.

CONSELHO DA CIDADANIA

Criação do Conselho da Cidadania

Estrutura do Conselho da Cidadania

Papel do Conselho da Cidadania e seu conselheiro

Papel do conselheiro: muito importante. Divulgar à população a importância do conselho, suas discussões, resultados. Levar a população a exercer seus direitos.

Desafios do Conselho da Cidadania

Relação com o Conselho da Cidadania: já participou de algumas reuniões. “Ele não está consciente muito bem do quê ele deve fazer”, ou seja, ficar mais consciente do seu papel frente à sociedade.

Temas tratados nas reuniões do Conselho de Cidadania

CONSELHO DISTRITAL

Criação do Conselho Distrital

Estrutura do Conselho Distrital

Temas tratados nas reuniões dos Conselhos Distritais

Encaminhamento de questões dos Conselhos Distritais

Desafios e problemas relacionados aos Conselhos Distritais

Relação com o Conselho da Cidadania

ASSOCIAÇÕES

Criação da Associação

Estrutura da Associação

Reúnem-se em reuniões ordinárias (de 6 em 6 meses) e extraordinárias. A última ordinária foi dia 01/04, enquanto que a última extraordinária foi em Junho.

Temas tratados nas reuniões das Associações

Fundo social da COOMFLONA (em quê se devia investir o dinheiro; educação – pouco mais de R\$ 3000,00), questão da pesca ilegal e predatória (invasão de geleiras), informes sobre a prefeitura, educação, saúde na comunidade.

IBDF começa a pressionar, desejando retirar as populações da FLONA; esquecimento da população. Conseqüentemente, surgem reivindicações por direitos. Representantes das comunidades iam para as discussões para defender o direito de permanência. Comunidades passam a se organizar. Cria-se a Federação da FLONA (superior às comunidades).

Encaminhamento de questões das Associações

Cabe à Federação encaminhar aos órgãos públicos (ex.: pressionar os pescadores, “estão levando tudo”, criar postos de fiscalização, proibir a entrada de qualquer um).

Encaminhamento de questões públicas: elaboração de um documento que é levado aos órgãos públicos. Exemplo: saúde - há um agente de saúde responsável.

Desafios e problemas relacionados às Associações

Relação com o Conselho da Cidadania

PERCEPÇÕES GERAIS

Dico Tapajós é cantor e compositor. Muitas de suas canções são ligadas a questões regionais, servindo como crítica às situações problemáticas relacionadas ao uso dos recursos naturais.

- A) Visão e tipo de minipúblico
- B) QUEM? Recrutamento e seleção dos participantes
- C) O QUÊ? Assunto e escopo das deliberações
- D) COMO? Modo de deliberação
- E) QUANDO? Recorrência
- F) POR QUÊ? Interesses em jogo (*stakes*)
- G) EMPOWERMENT
- H) Monitoramento

Data: 06/07/2012

Nome: **ORIVALDO**

Cargo/instituição/comunidade: Presidente da Federação da FLONA Tapajós

Telefone:

Entrevista por: Manuela Malheiros e Patrícia Prette (ponto focal).

Equipe FGV: Gabriela Fernandez, Graziela Azevedo, Manuela Malheiros e Patrícia Prette.

História de vida e experiências/Experiências de engajamento e participação

Estudou em Santarém, morou no PR, SP, MA, países da Europa como Itália, entre outros. Foi eleito presidente da Federação, mas antes já havia demonstrado interesses por movimentos sociais.

CONSELHO DA CIDADANIA

Criação do Conselho da Cidadania

Estrutura do Conselho da Cidadania

Papel do Conselho da Cidadania e seu conselheiro

Já ouviu falar do Conselho da Cidadania. Participou junto com a COOMFLONA de algumas reuniões em que se discutiu temas como políticas públicas e aprovação das demandas pelos delegados.

Papel do Conselho da Cidadania: muito importante, possui o poder de discussão, de comando, de prover chance às discordâncias. Antes não era assim.

Desafios do Conselho da Cidadania

Deve haver discussões mais específicas. Atualmente, as reuniões tratam de temas muito gerais, não permitindo o foco e atenção devidos a um assunto específico.

Temas tratados nas reuniões do Conselho de Cidadania

CONSELHO DISTRITAL

Criação do Conselho Distrital

Estrutura do Conselho Distrital

Temas tratados nas reuniões dos Conselhos Distritais

Encaminhamento de questões dos Conselhos Distritais

Desafios e problemas relacionados aos Conselhos Distritais

Relação com o Conselho da Cidadania

ASSOCIAÇÕES

Criação da Associação

Estrutura da Associação

Associação tem representação formalizada, jurídica (CNPJ). As reuniões são comandadas pela Federação mais as comunidades. Todos os moradores possuem o direito e o dever de fazer parte da Associação, possuindo esta uma certa burocracia (“papelada” sobre a participação de cada morador na Associação). Possuem reuniões ordinárias de 6 em 6 meses. Todos podem participar.

Temas tratados nas reuniões das Associações

Discutem contas, questões políticas na comunidade.

Encaminhamento de questões das Associações

Desafios e problemas relacionados às Associações

Relação com o Conselho da Cidadania

PERCEPÇÕES GERAIS

A reunião, na comunidade de Piquiatuba em 06/07 fora sobre a preservação do meio ambiente local, contra a degradação ambiental, com foco na área de pesca. Foi a 2ª reunião, cuja pauta seria a aprovação do documento que já havia sido discutido na 1ª reunião, conseqüentemente, podendo ser encaminhado aos órgãos competentes (encaminhamento para o juiz ambiental).

Obtiveram a Concessão do Direito Real de Uso dos recursos naturais oferecidos pela região em 28/10/2010.

Denúncias dos moradores sobre invasão da região, ilegalidades na pesca e aproveitamento dos recursos naturais. Junção da FLONA + APA + RESEX.

A) Visão e tipo de minipúblico

B) QUEM? Recrutamento e seleção dos participantes

C) O QUÊ? Assunto e escopo das deliberações

D) COMO? Modo de deliberação

E) QUANDO? Recorrência

F) POR QUÊ? Interesses em jogo (*stakes*)

G) EMPOWERMENT

H) Monitoramento

Data: 03/07

Nome:

Cargo/instituição/comunidade: Delegado STTR Piquiatuba e Conselheiro

Telefone:

Entrevistado por: Gabriela Fernandez (ponto focal), Graziela Azevedo.

Equipe FGV: Gabriela Fernandez, Graziela Azevedo, Manuela Malheiros e Patrícia Prette.

História de vida e experiências/Experiências de engajamento e participação

Possui cinquenta e nove anos de idade.

Contou-nos a respeito da IBDF, que tentou expulsar os moradores daquela região do Tapajós, por volta de 1972/1974, durante o governo do presidente Médici, afirmando que aquela região amazônica deveria permanecer não habitada. Desde 1970, ele já representava uma liderança na região, e juntamente com outras pessoas da comunidade e de outras vizinhas lutou contra tal regime. Inclusive, ele e muitos desses chegaram a ser perseguidos, e até mesmo, presos.

Entre 1980 e 1982, aproximadamente, o atual Prefeito de Belterra, Geraldo Pastana, era presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, lutando fortemente contra o regime autoritário e que queria expulsá-lo, e sendo preso algumas vezes também. Comenta ainda que o STTR da região, representado pelo município de Santarém, ao qual Belterra pertencia na época, era um dos mais fortes do país, e chegou a se pronunciar em outras regiões, e inclusive, o Ex-presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, chegou a vir participar de reuniões na região. Com relação a sua grande motivação em movimentos sociais e espaços participativos, que se mantem fortes até hoje, ele comenta: “Se o pessoal grita vamos, a gente toma coragem para tudo!”. “Sempre participo de trabalhos em defesa da sociedade”. Comenta ainda que o bem maior para ele será ver jovens como novas lideranças, para que possam continuar tudo o que ele e pessoas de sua época fizeram.

Quanto a cidadania, ele questiona o que é ser cidadão e acrescenta:” Como é viver como cidadão? Tem gente que ainda não é consciente disso, e que não participa de associações e...”.

Acrescenta que a melhor época foi quando o Saúde e Alegria estava na região e ele trabalha com eles, pois foi a época em que mais aprendeu.

O senhor ressaltou ainda da importância de se dedicar e se preocupar, motivo também de sua grande motivação: “Se eu hoje já não encontro mais o que tinha antes, se a gente não cuida o que vai sobrar pros nossos filhos?”

Realizou trabalhos também com a catequese da comunidade.

Por fim afirmou que “a gente faz por amor”, a respeito do trabalho realizado ao longo de sua vida. Além disso, acrescentou que toda essa experiência é com uma família, que “toda a comunidade é uma família”.

CONSELHO DA CIDADANIA

Criação do Conselho da Cidadania

Estrutura do Conselho da Cidadania

Papel do Conselho da Cidadania e seu conselheiro

“Conselheiro é importante, mas tem que levar à sério, em consideração, avisar o que tá acontecendo”.

Desafios do Conselho da Cidadania

Temas tratados nas reuniões do Conselho da Cidadania

CONSELHO DISTRITAL

Criação do Conselho Distrital

Estrutura do Conselho Distrital

Temas tratados nas reuniões dos Conselhos Distritais

Encaminhamento de questões dos Conselhos Distritais

Desafios e problemas relacionados aos Conselhos Distritais

Relação com o Conselho da Cidadania

ASSOCIAÇÕES

Criação da Associação

Estrutura da Associação

Temas tratados nas reuniões das Associações

Encaminhamento de questões das Associações

Desafios e problemas relacionados às Associações

Relação com o Conselho da Cidadania

PERCEPCÕES GERAIS

O senhor demonstrou grande engajamento e dedicação com os movimentos sociais e ações de defesa dos interesses da sociedade e da comunidade. Demonstrou grande brilho nos olhos em participar ainda hoje de iniciativas nesse sentido, a exemplo da própria reunião em que estávamos e acompanhamos.

Entretanto, não foi possível realizar as perguntas sobre o Conselho pois o senhor Manoel dos Santos se aproximou e começou a participar da conversa, e o rumo da conversa se

alterou. Após isso a reunião da Federação se iniciou e não foi possível proceder com a entrevista.

A) Visão e tipo de minipúblico

B) QUEM? Recrutamento e seleção dos participantes

C) O QUÊ? Assunto e escopo das deliberações

D) COMO? Modo de deliberação

E) QUANDO? Recorrência

F) POR QUÊ? Interesses em jogo (*stakes*)

G) EMPOWERMENT

H) Monitoramento

Data: 06/07

Nome: **MANOEL DOS SANTOS**

Cargo/instituição/comunidade: Presidente da Associação dos Moradores de Pedreira=

Telefone: --

Entrevistado por: Gabriela Fernandez (ponto focal), Graziela Azevedo.

Equipe FGV: Gabriela Fernandez, Graziela Azevedo, Manuela Malheiros e Patrícia Prette.

História de vida e experiências/Experiências de engajamento e participação

Sempre teve como maior exemplo de vida seu pai, Raimundo Gomes, ex-sindicalista líder de movimentos e ações sociais, o qual chegou a ser preso diversas vezes. Seu irmão também sempre se envolveu e “Vive pelo mundo lutando. Dá duro e não desisti não”.

Manoel nasceu em Piquiatuba, mas desde pequeno mora em Pedreira.

CONSELHO DA CIDADANIA

Diz que não conhece o Conselho da Cidadania direito, mas diz que é por própria falta de interesse em perguntar.

Criação do Conselho da Cidadania

Estrutura do Conselho da Cidadania

Papel do Conselho da Cidadania e seu conselheiro

O Conselho e as associações “dá sentido para o povo entender cada vez mais que precisam se unir, participar para lutar e defender seus direitos”.

“Discutir e decidir para seguir mesmo rumo, todos dando apoio e sem ter divisão”.

Desafios do Conselho da Cidadania

“Encaminhar e acompanhar as decisões é bem complicado porque ficam esquecidas”

Temas tratados nas reuniões do Conselho da Cidadania

CONSELHO DISTRITAL

Criação do Conselho Distrital

Estrutura do Conselho Distrital

Temas tratados nas reuniões dos Conselhos Distritais

Encaminhamento de questões dos Conselhos Distritais

Desafios e problemas relacionados aos Conselhos Distritais

Relação com o Conselho da Cidadania

ASSOCIAÇÕES

Criação da Associação

A comunidade de Pedreira possui aproximadamente quarenta e duas (ou 2?) famílias.

Há apenas dez anos a associação é formalizada legalmente, quando passou a ter mais poder, e desde a fundação Manoel faz parte.

Estrutura da Associação

O presidente possui gestão de dois anos e pode se reeleger uma vez apenas.

Podem ocorrer Assembléias Ordinárias, como também, Assembléias Extraordinárias, dependendo da demanda da comunidade, porém não costuma haver muitas reuniões por ano.

Temas tratados nas reuniões das Associações

Costuma-se debater as contas e obrigações a pagar da Associações, além de novos projetos da comunidade, problemas em geral, e a respeito da organização dos trabalhos

habituais e novos a serem realizados pelos comunitários, a exemplo de quem os fará, quando, e de que maneira.

Encaminhamento de questões das Associações

Os projetos e propostas discutidos na Associação são encaminhados para a CONFLONA ou ICMBio.

Encaminham propostas às Secretarias e à Prefeitura, diretamente.

Desafios e problemas relacionados às Associações

Relação com o Conselho da Cidadania

PERCEPCÕES GERAIS

- A) Visão e tipo de minipúblico
- B) QUEM? Recrutamento e seleção dos participantes
- C) O QUÊ? Assunto e escopo das deliberações
- D) COMO? Modo de deliberação
- E) QUANDO? Recorrência
- F) POR QUÊ? Interesses em jogo (*stakes*)
- G) EMPOWERMENT
- H) Monitoramento

Data: 06/07/2012

Nome: **JONAS**

Cargo/instituição/comunidade: Presidente da Comunidade de Pedreira

Telefone:

Entrevista por: Graziela Azevedo e Manuela Malheiros (ponto focal)

Equipe FGV: Gabriela Fernandez, Graziela Azevedo, Manuela Malheiros e Patrícia Prette.

História de vida e experiências/Experiências de engajamento e participação

Em 1994, chegou a Pedreira. Era uma comunidade pequena, na época, possuía 20 famílias. Antes, morava em Itaituba, cidade grande.

Em 1997, passou a ser presidente da comunidade, apesar de não entender nada. O principal motivo foi por que se acreditava que ele possuía maior conhecimento, pois era de fora, vindo de cidade grande.

Jonas era amigo próximo do prefeito Ote Santo, da primeira gestão e apoiou sua candidatura em 1995. Ele aproveitou-se desse apoio para pedir melhorias para sua comunidade diretamente para o prefeito. Com isso, conseguiu elaborar um projeto para Pedreira “se ligar ao Brasil”, que foi quando trouxe TV e sinal de celular e também a construção de uma estrada interna; conseguiu que as pessoas de pedreira votassem ali mesmo; que em pedreira tivesse ensino de 5^a a 8^a série; entre outros. Ele também possuía o apoio dos vereadores. Com tudo isso, eles foram eleitos a melhor coordenadoria entre as comunidades.

Quando trocou a gestão da prefeitura, ele pediu uma última coisa ao prefeito: queria deixar um presente para a comunidade, então apresentou uma proposta, como sempre fazia, para formalizar a associação.

Hoje, faz parte do Conselho da Cidadania e está sendo convidado para participar da associação DESMIPRUT. Também é sócio da associação comunitária. Já foi convidado para CMBIO, mas desistiu, pois lá ele “trabalha de graça”. Depois disso, mais 22 pessoas foram embora com ele.

Jonas cobra e pressiona muito o prefeito Pastana. Cobra, por exemplo, a educação de qualidade que vê na companhia do prefeito. Ele acredita que deve “agradar um, agradar outro”. Deu uma sugestão: que fossem atendidas comunidade por comunidade, e que ficasse a critério dele para ver qual é a mais carente, que deveria ser atendida primeiro.

Segundo ele, em relação às casas, afirma que não vai devolver o dinheiro. “Tamo protegido por lei pelo governo”. Ainda, “a terra é da união não é minha. Como vou pagar algo que não é meu?”. Acrescentou em relação ao presidente da república: “não temo não. Ele é meu funcionário. Eu pago o salário dele”.

Disse que até hoje não é claro para ele sua participação no Conselho. “Foi um sonho”. Sempre foi convidado para falar com a imprensa, mas não sabe bem o porquê.

CONSELHO DA CIDADANIA

Criação do Conselho da Cidadania

Estrutura do Conselho da Cidadania

Todos os conselheiros tem a mesma voz. Não há votação. “Todo mundo fala a mesma língua”.

Papel do Conselho da Cidadania e seu conselheiro

Conselheiro tem o papel de cobrar o governo. “Fez, fez. Não fez, não fala que vai fazer”.

Desafios do Conselho da Cidadania

Conselheiros querem fazer avançar, mas chega aos gestores e não há recursos. “Se for para ser assim [não executar] eu desisto”.

Temas tratados nas reuniões do Conselho da Cidadania

Não se lembrava das pautas. A ultima era para fazer levantamento da idade dos moradores de Belterra. Falou que não vai fazer, não vai colaborar por que o Conselho não faz nada.

CONSELHO DISTRITAL

Criação do Conselho Distrital

Estrutura do Conselho Distrital

Temas tratados nas reuniões dos Conselhos Distritais

Encaminhamento de questões dos Conselhos Distritais

Desafios e problemas relacionados aos Conselhos Distritais

Relação com o Conselho da Cidadania

ASSOCIAÇÕES

Criação da Associação

Estrutura da Associação

Temas tratados nas reuniões das Associações

Desenvolvimento/campo conseguir recursos/ensino médio.

Encaminhamento de questões das Associações

Desafios e problemas relacionados às Associações

Relação com o Conselho da Cidadania

PERCEPCÕES GERAIS

Ele apresentava um discurso bastante político.

Utilizava muitas expressões típicas do Rio de Janeiro, como “po”, “mina”, “parceiro” e “meu irmão”.

Pareceu que para ele, era muito importante possuir contatos, para conseguir o que queria.

Ele não respondeu a pergunta sobre a perspectiva para a próxima prefeitura.

A) Visão e tipo de minipúblico

B) QUEM? Recrutamento e seleção dos participantes

C) O QUÊ? Assunto e escopo das deliberações

D) COMO? Modo de deliberação

E) QUANDO? Recorrência

F) POR QUÊ? Interesses em jogo (*stakes*)

G) EMPOWERMENT

H) Monitoramento

Data: 03/07

Nome: **PAULO – JOÃO NONATO**

Cargo/instituição/comunidade: Jaguarari e Conselheiro

Telefone: --

Entrevistado por: Gabriela Fernandez (ponto focal), Graziela Azevedo, Manuela Malheiros.

Equipe FGV: Gabriela Fernandez, Graziela Azevedo, Manuela Malheiros e Patrícia Prette.

História de vida e experiências/Experiências de engajamento e participação

Paulo contou que na década de sessenta muita gente foi expulsa da região pelo governo, e inclusive Jaguarari era a maior comunidade. Atualmente, aos poucos mais gente está retornando para a região.

Foi presidente da comunidade em 1992 (Associação não formalizada).

CONSELHO DA CIDADANIA

Criação do Conselho da Cidadania

Estrutura do Conselho da Cidadania

Papel do Conselho da Cidadania e seu conselheiro

Gostou muito de participar da reunião do Conselho, achou muito interessante e viu que “por meio do Conselho dá pra colocar coisa em prática e conseguir benefícios para a comunidade”.

E comenta que voltou da reunião “entendendo como as coisas funcionam melhor”.

O papel do conselheiro, segundo Paulo, é muito difícil porque muita comunidade não tem esclarecimento sobre o que é e como funciona. Muitos comunitários também reclamam porque acham que os conselheiros só participam e não há resultados, sendo que muitos desses são indiretos, ou os comunitários que não percebem.

Ressalta ainda que os resultados não devem ser apenas da comunidade, visto que defende todo o distrito, e não apenas a comunidade.

Desafios do Conselho da Cidadania

Temas tratados nas reuniões do Conselho da Cidadania

Participou apenas como ouvinte nas reuniões do Conselho.

Leva o que é discutido na discussão do Conselho para a comunidade.

CONSELHO DISTRITAL

Criação do Conselho Distrital

Estrutura do Conselho Distrital

Temas tratados nas reuniões dos Conselhos Distritais

Encaminhamento de questões dos Conselhos Distritais

Desafios e problemas relacionados aos Conselhos Distritais

Relação com o Conselho da Cidadania

ASSOCIAÇÕES

Criação da Associação

Associação dos moradores de Jaguarari existe, mas não é formalizada juridicamente.

Comunidade possui, aproximadamente, trinta e seis famílias e cento e quarenta pessoas.

Estrutura da Associação

Reúne grupo da diretoria, propõem pautas para a reunião da comunidade e se dividem para chamar a comunidade para a reunião da Associação. Neste momento, a comunidade aprova as pautas e discute conformem preferirem. O que for aprovado pela maioria é dado continuidade, e então eles se organizam para ir atrás e tomar os procedimentos necessários, a exemplo de ir nas Secretarias e Prefeitura. Algumas vezes o representante distrital também participa das reuniões, e este, o senhor Pedrinho, também é consultado quando possuem quaisquer dúvidas.

Temas tratados nas reuniões das Associações

Objetivo é trazer qualidade de vida para todas as pessoas.

Discutem por exemplo, a questão do acesso a comunidade, que antes era feita apenas por barco, e hoje já possui estrada e ônibus que sai todo dia para Santarém.

Conversam sobre o que a comunidade mais quer, votam e decidem o que levar para a reunião do conselho distrital.

Exemplo do sucesso de projetos debatidos na associação é o encanamento de água, resultado do investimento de dinheiro recebido da CONFLONA, e que a comunidade decidiu junto. Atualmente quase todos já possuem água e todos pagam para que todos tenham, independente do consumo de água de cada família, a taxa é a mesma.

Outro resultado, fruto de parceria da comunidade com a prefeitura, foi a construção da escola da comunidade: prefeitura dá material e comunidade parte do material e mão de obra. A escola vai até a quarta série e possui duas professoras.

Encaminhamento de questões das Associações

O que for aprovado pela maioria é dado continuidade, e então eles se organizam para ir atrás e tomar os procedimentos necessários, a exemplo de ir nas Secretarias e Prefeitura.

Desafios e problemas relacionados às Associações

Relação com o Conselho da Cidadania

PERCEPÇÕES GERAIS

Durante a entrevista, estava tocando na comunidade, em uma casa próxima, mas que não dava para ver, várias músicas sertanejas que tocam em São Paulo, como também,

umas músicas bem modernas que mal chegaram. Som muito alto mesmo, e isso não incomodou ao entrevistado.

A entrevista não pode ser considerada muito fiel à opinião do Paulo em razão da presença do senhor Raimundo Pedroso, que ficou claro que muito influenciou nas respostas, tornando o discurso mais ensaiado e político. Além disso, o senhor Raimundo interrompeu diversas vezes e respondeu pelo senhor Paulo, atrapalhando diretamente a entrevista. Inclusive, em razão disso, as perguntas do roteiro não foram feitas de maneira complexa e a conversa foi encerrada antes do previsto.

A) Visão e tipo de minipúblico

B) QUEM? Recrutamento e seleção dos participantes

C) O QUÊ? Assunto e escopo das deliberações

D) COMO? Modo de deliberação

E) QUANDO? Recorrência

F) POR QUÊ? Interesses em jogo (*stakes*)

G) EMPOWERMENT

H) Monitoramento

Data: 06/07/2012

Nome: **JORGE LUÍS**

Cargo/instituição/comunidade: Presidente da Associação de Moradores de Acaratinga

Telefone:

Entrevista por: Gabriela Fernandez, Graziela Azevedo, Manuela Malheiros e Patrícia Prette (ponto focal).

Equipe FGV: Gabriela Fernandez, Graziela Azevedo, Manuela Malheiros e Patrícia Prette.

História de vida e experiências/Experiências de engajamento e participação

Adora morar na comunidade de Acaratinga e não tem a mínima vontade de morar em cidade grande. Mora sozinho e possui 5 filhos que já foram viver em outras localidades.

CONSELHO DA CIDADANIA

Criação do Conselho da Cidadania

Estrutura do Conselho da Cidadania

Papel do Conselho da Cidadania e seu conselheiro

Já ouviram falar do Conselho da Cidadania, mas não têm muito esclarecimento. Não lembra de ter ido a nenhuma reunião, nem ouvido falar que ocorreriam, nem de “coisas” que aconteceram ou foram discutidas no Conselho da Cidadania.

Papel do conselheiro: “uma espécie de correio”.

Desafios do Conselho da Cidadania

Temas tratados nas reuniões do Conselho de Cidadania

CONSELHO DISTRITAL

Criação do Conselho Distrital

Estrutura do Conselho Distrital

Não possui conhecimento sobre o Conselho Distrital.

Temas tratados nas reuniões dos Conselhos Distritais

Encaminhamento de questões dos Conselhos Distritais

Desafios e problemas relacionados aos Conselhos Distritais

Relação com o Conselho da Cidadania

ASSOCIAÇÕES

Criação da Associação

Estrutura da Associação

Aqui não há Associação juridicamente formalizada, apenas participam da Associação intercomunitária, em que assumiu a presidência há mais ou menos 1 mês (era vice quando fora formada). Tomou iniciativa para as reuniões, juntamente com Raimundo Pedroso e mais alguns comunitários. “Uma das coisas muito importantes”.

Ocorre 1 reunião por mês da comunidade. Já reuniões maiores, com integrantes da Federação e outras associações ocorrem 1 ou 2 vezes por ano.

Temas tratados nas reuniões das Associações

Não há escola na comunidade, somente um barracão muito precário. Fizeram-no com madeira proveniente da floresta e procuraram por material adequado para a formação do telhado. Agora, decidiram, por meio de discussões, construir uma igreja.

Falta o sistema de água encanada e não o conseguem fazer por si só. Têm que ir à fonte (à cidade) buscar recursos. Já entregaram pedido de materiais em um estabelecimento situado na cidade. Enquanto isso, o restante da comunidade “se vira”. Lavam roupas e tomam banho “no rio”.

Encaminhamento de questões das Associações

Desafios e problemas relacionados às Associações

Relação com o Conselho da Cidadania

PERCEPÇÕES GERAIS

De acordo com Jorge Luís, há 2970 pessoas vivendo na comunidade, cuja Associação dos Moradores não é juridicamente legalizada, fato o qual se apresenta incoerente em comparação com as outras comunidades, que possuem um número bem menor de pessoas morando em suas regiões e ainda assim conseguem se organizar em associações juridicamente formalizadas.

Conhece apenas conselhos normais como o de saúde e educação.

- A) Visão e tipo de minipúblico
- B) QUEM? Recrutamento e seleção dos participantes
- C) O QUÊ? Assunto e escopo das deliberações
- D) COMO? Modo de deliberação
- E) QUANDO? Recorrência
- F) POR QUÊ? Interesses em jogo (*stakes*)
- G) EMPOWERMENT
- H) Monitoramento

Data: 06/07/2012

Nome: **RAIMUNDO PEDROSO**

Cargo/instituição/comunidade: Comunidade de Maguari

Telefone:

Entrevista por: Gabriela Fernandez e Patrícia Prette (ponto focal)

Equipe FGV: Gabriela Fernandez, Graziela Azevedo, Manuela Malheiros e Patrícia Prette.

História de vida e experiências/Experiências de engajamento e participação

Raimundo Pedroso é nascido na comunidade de Jamaraquá, mas morou, a maior parte de sua vida, na comunidade de Maguari, onde vive até os dias de hoje. É agricultor na comunidade de Maguari. Na região, plantam, atualmente, mandioca, soja, milho, arroz.

Através da Federação FLONA Tapajós entrou para o Conselho da Cidadania. É coordenador da Associação dos Moradores de Maguari há 2 meses, a qual existe desde 1999. Participou de outras organizações como a COOMFLONA (3 anos), a Federação FLONA Tapajós (6 anos), grupo da catequese, Sindicato dos Trabalhadores Rurais entre outras.

CONSELHO DA CIDADANIA

Criação do Conselho da Cidadania

Estrutura do Conselho da Cidadania

Papel do Conselho da Cidadania e seu conselheiro

De acordo com seu Raimundo Pedroso, o Conselho da Cidadania compõe uma entidade Jurídica, com direito de ir à fonte pedir por suas necessidades, enquanto que definiu o papel do Conselheiro da seguinte forma: que deveriam saber da licitação dos materiais que poderão ser utilizados nas construções nas comunidades. “Ele tem um papel nas mãos, entenda que ele tem que lutar, consciência de que tem que estar na forma da lei”. “Capacitar um pouco a juventude pra que eles possam ficar nesses lugares”.

Desafios do Conselho da Cidadania

Problemas do Conselho da Cidadania: além da fiscalização, a discussão precisa ser mais esclarecida à população. A divulgação deve ser melhor realizada, “a gente mesmo repassar”.

Bem como a fiscalização e o esclarecimento das discussões, a relação do jovem de hoje com os interesses comunitários deve receber uma atenção especial: “Capacitar um pouco a juventude pra que eles possam ficar nesses lugares”.

Temas tratados nas reuniões do Conselho de Cidadania

Assuntos das assembleias (Conselho da Cidadania): apresentação das “demandas” e resultados.

CONSELHO DISTRITAL

Criação do Conselho Distrital

Estrutura do Conselho Distrital

Temas tratados nas reuniões dos Conselhos Distritais

A comunidade deve se preocupar com o que recebe, e os Conselhos Distritais devem cooperar com a disseminação tanto das reclamações quanto dos resultados, escutando-os e repassando-os aos comunitários. Fazer um plano de ação para a área. “Se funcionar do jeito que a gente quer, vai ser bom”.

Encaminhamento de questões dos Conselhos Distritais

Desafios e problemas relacionados aos Conselhos Distritais

Relação com o Conselho da Cidadania

ASSOCIAÇÕES

Criação da Associação

A partir da existência das Associações, percebeu-se um melhoramento nas comunidades.

Atualmente, é coordenador da Associação dos Moradores de Maguari há 2 meses, a qual existe desde 1999. Hoje, a Associação compõe uma organização legalmente formalizada (CNPJ).

Estrutura da Associação

Só moradores podem fazer parte da Associação. Há reuniões ordinárias e extraordinárias, com a finalidade de divulgar e repassar informações.

Temas tratados nas reuniões das Associações

Tema de sucesso discutido na associação: discussão sobre a necessidade de 3 salas de aula. Bandeira Científica ajuda, apoia a luta deles. Educação era muito ruim.

Encaminhamento de questões das Associações

Há reuniões ordinárias e extraordinárias, com a finalidade de divulgar e repassar informações.

Desafios e problemas relacionados às Associações

Deve-se haver uma forma de incentivo à participação popular. Entendimento para as pessoas de que é preciso lutar juntos, é preciso união para fazer a força.

Renovação: os “velhos” devem passar seu conhecimento para os mais novos, de forma a capacitá-los à atuação de acordo com os interesses comunitários. Entretanto, a juventude mostra, majoritariamente, um certo desinteresse frente às causas sociais, importando-se mais com lazer e diversão. Até chegam a se organizar porém, não vão à frente. Difícil levar o jovem. Hoje a visão dele é estudar, ter lazer. Precisa pensar na qualidade de vida. “A questão profissional é importante também, mas se você é um profissional que não tem onde trabalhar, as coisas ficam difíceis” (concorrência). É preciso se adaptar ao lugar.

Há 6 anos a energia chegou à comunidade através do programa Luz para todos. Antes, viviam sem televisão, geladeira, ferro e outros utensílios que demandam energia. “Vocês têm uma informação que eu não tenho”. “Criança de 12 anos não pode mais trabalhar”. Sempre diz às netas “Nada a gente pode conseguir nesse mundo sem trabalho”. “Hoje tem muito individualismo”.

Maguari – Santarém – antes: 3 dias. Hoje: em 1 hora, 1 hora e meia, o que demonstra o melhoramento na comunicação e transporte.

Atualmente, há o prazo de 5 anos para a construção de mais salas de aula, além da discussão sobre inclusão digital, encanamento de água, entre outros.

Relação com o Conselho da Cidadania

Relação com o Conselho da Cidadania: “nas reuniões, conversam sobre as prioridades que a gente tem”. Saúde, estradas, educação.

Atuação do Conselho da Cidadania: “é pra nós”. Precisa-se participar do que é realizado no município, fiscalizar o que é feito e o modo como é feito, o que atualmente é uma grande deficiência.

PERCEPCÕES GERAIS

Cenário: com muito lixo no chão, crânio de cachorro, chinelos espalhados.

A) Visão e tipo de minipúblico

B) QUEM? Recrutamento e seleção dos participantes

C) O QUÊ? Assunto e escopo das deliberações

D) COMO? Modo de deliberação

E) QUANDO? Recorrência

F) POR QUÊ? Interesses em jogo (*stakes*)

G) EMPOWERMENT

H) Monitoramento

Data: 07/07/2012

Nome: **RAIMUNDA FEITOSA**

Cargo/instituição/comunidade: STTR

Telefone:

Entrevista por: Graziela Azevedo e Manuela Malheiros (ponto focal).

Equipe FGV: Gabriela Fernandez, Graziela Azevedo, Manuela Malheiros e Patrícia Prette.

História de vida e experiências/Experiências de engajamento e participação

Raimunda nasceu em Belterra em 1943, hoje possui 69 anos. Veio para Maguari em 1949 com o pai. Trabalha com mandioca até hoje. “Prefiro trabalhar na roça”.

Seu esposo se filiou ao sindicato em 1973, em Santarém. A família dependia do sindicato. Todos tinham que se associar e contribuir. Em 1972, ela se filiou e é filiada até hoje. Em 1998, ela se aposentou pelo sindicato. Ela contribui até hoje para ajudar as outras pessoas.

De 1979 a 1987 o marido foi delegado sindical e administrava o dinheiro. Ela considera mexer com o dinheiro dos outros uma responsabilidade muito grande.

Raimunda começou a participais, pois se interessou pela causa do povo. Em 1999, criou-se a Fundação da Associação da Comunidade e ela faz parte da associação desde que foi criada.

Ela foi educada pelo pai durante a noite. Com dificuldade, conseguiu terminar a 5ª série e, com 17 anos na época, trabalhou como professora de 1ª a 4ª em Maguari. A maioria das crianças parava da 4ª pois não tinha ensino de 5ª a 8ª. Ela também não estudou mais.

Raimunda casou-se em 1962, com 19 anos.

Chamou atenção o fato de ela ser uma das únicas mulheres ativas nas causas e ela disse que antes as mulheres faziam parte dos movimentos, na época do Saúde Alegria. Mas

com o tempo elas deixando de participar. Raimunda não sabe por que, mas acredita que “as vezes as pessoas assumem responsabilidade por influencia”.

Raimunda listou alguns grupos que existem em Maguari: Futebol (dois masculinos e dois femininos); Puxirum – só quando precisa (roça); Couro: hoje então parados – mercados/demanda/preços; Latex (mais fortes); e Artesanatos com semestres.

CONSELHO DA CIDADANIA

Criação do Conselho da Cidadania

Estrutura do Conselho da Cidadania

Papel do Conselho da Cidadania e seu conselheiro

“Se aceitar é uma missão que deve cumprir”.

“Se se compromete é porque tem credibilidade de fazer um bom trabalho”.

Desafios do Conselho da Cidadania

Temas tratados nas reuniões do Conselho da Cidadania

CONSELHO DISTRITAL

Criação do Conselho Distrital

Estrutura do Conselho Distrital

Temas tratados nas reuniões dos Conselhos Distritais

Encaminhamento de questões dos Conselhos Distritais

Desafios e problemas relacionados aos Conselhos Distritais

Relação com o Conselho da Cidadania

ASSOCIAÇÕES

Criação da Associação

A Associação da comunidade foi fundada em 1999 e Raimundo logo se associou.

Estrutura da Associação

Para se associar ao STTR, paga-se 2% do salário.

As reuniões acontecem quando há necessidade. Normalmente de três em três meses, mais alguma possível reunião extraordinária.

As pautas são orientadas de acordo com o que vão falando o que é melhor para cada um. “União do povo para resolver qualquer dificuldade”.

Ela fica sabendo por meio do Raimundo Pedroso, pois ela nunca vai às reuniões, pois os convites são feitos através de ligações em cima da hora.

Temas tratados nas reuniões das Associações

Encaminhamento de questões das Associações

Desafios e problemas relacionados às Associações

Hoje, jogam as responsabilidades de buscar melhorias para as comunidades para os mais velhos, pois os aposentados têm mais tempo. Os jovens não se envolvem, não se interessam.

Maguari era muito produtiva, mas atualmente deixou de ser porque a população cresceu demais. As pessoas passaram a ficar acomodadas por causa da bolsa família e da aposentadoria. Elas devem entender que isto é apenas um complemento. Por isso há dificuldade de mobilizar as pessoas.

Outro ponto, com a TV, o estudante parou de trabalhar e passa seu tempo livre sem fazer nada. “Assim não vai ter tudo o que precisa”. Segundo ela, orienta-se, mas muitos não querem ouvir.

Em relação aos resultados, ela diz que sempre uns poucos que insistem e acabam fazendo tudo é tendo muito trabalho. “Poucos para construir e muitos para usufruir”.

Relação com o Conselho da Cidadania

Ela entende que tudo aquilo que o Conselho puder fazer para o povo pode ser tido como uma melhoria e é bem vindo. Muitos falam que é tudo promessa, mas deve haver uma ação para acreditar. Acredita que o Conselho deve ter planos para que o povo entenda melhor seus objetivos, pois eles não sentem/entendem que o Conselho é para todos e que eles “fazem parte” ele de certo modo.

PERCEPÇÕES GERAIS

Ela tinha uma boa memória.

A) Visão e tipo de minipúblico

B) QUEM? Recrutamento e seleção dos participantes

C) O QUÊ? Assunto e escopo das deliberações

D) COMO? Modo de deliberação

E) QUANDO? Recorrência

F) POR QUÊ? Interesses em jogo (*stakes*)

G) EMPOWERMENT

H) Monitoramento

Data: 06/07/2012

Nome: **SÉRGIO PIMENTEL**

Cargo/instituição/comunidade: COOMFLONA

Telefone:

Entrevista por: Graziela Donario e Patrícia Prette (ponto focal).

Equipe FGV: Gabriela Fernandez, Graziela Azevedo, Manuela Malheiros e Patrícia Prette.

História de vida e experiências/Experiências de engajamento e participação

Sérgio Pimentel é de Tauari e pertence à COOMFLONA. Ao ver a madeira sair da região em grandes quantidades e com a possibilidade de ser um processo ilegal, deu início a um projeto que visasse à utilização correta dos recursos oferecidos pela floresta com uso consciente e concomitante à sua preservação. Tomar conta da floresta e mobilizar órgãos sociais surgiram como ideias importantes para o decorrer de suas atitudes. Criou-se a cooperativa (16/02/2005). Foi um dos fundadores. Nos primeiros 6 anos ficou no comando da cooperativa. Entraram pessoas que nada tinham a ver com a comunidade, o que desencadeou atos como manipulação e corrupção (março de 2008).

CONSELHO DA CIDADANIA

Criação do Conselho da Cidadania

Estrutura do Conselho da Cidadania

Papel do Conselho da Cidadania e seu conselheiro

De acordo com Sérgio, “o Conselho é importante, sem ele as coisas não funcionam, mas deveriam se organizar mais”. Disse que, atualmente, as pessoas estão desacreditadas da política.

Conforme opiniões de outros comunitários, dentre eles, um colega de Sérgio, o Conselho da Cidadania é mais centralizado e não atende às necessidades gerais das comunidades. “Não que elas (as comunidades) estejam esquecidas totalmente, mas que falta muita coisa falta”.

Sérgio: “Que eu me lembre, a gente nunca recebeu nenhum convite assim pra participar de uma reunião”.

Papel do conselheiro: importante ver como que as conquistas para a comunidade podem ser conseguidas. Alguém representando a comunidade deve estar dentro do Conselho da Cidadania.

Desafios do Conselho da Cidadania

Temas tratados nas reuniões do Conselho de Cidadania

CONSELHO DISTRITAL

Não ouviu falar do Conselho Distrital.

Criação do Conselho Distrital

Estrutura do Conselho Distrital

Temas tratados nas reuniões dos Conselhos Distritais

Encaminhamento de questões dos Conselhos Distritais

Desafios e problemas relacionados aos Conselhos Distritais

Relação com o Conselho da Cidadania

ASSOCIACÕES

Criação da Associação

Sérgio Pimentel é de Tauari e pertence à COOMFLONA. Ao ver a madeira sair da região em grandes quantidades e com a possibilidade de ser um processo ilegal, deu início a um projeto que visasse a utilização correta dos recursos oferecidos pela floresta com uso consciente e concomitante à sua preservação. Tomar conta da floresta e mobilizar órgãos sociais surgiram como ideias importantes para o decorrer de suas atitudes. Criou-se a cooperativa (16/02/2005).

Estrutura da Associação

Reúnem-se na própria cooperativa, campo ou trabalho. Atualmente, são 186 cooperados.

Temas tratados nas reuniões das Associações

Alguns dos temas tratados pela COOMFLONA dizem respeito a assuntos como quais as formas mais viáveis de se beneficiar mais as pessoas, melhorando as condições de vida, além de temas mais atuais como a possibilidade de apoio do BNDES e a produção da borracha (8 a 10 toneladas/mês). Em suas reuniões, tratam ainda sobre transporte, saúde e educação relacionados às comunidades da própria FLONA Tapajós.

Encaminhamento de questões das Associações

Conversas com vereadores e secretários tentaram ser realizadas mas nenhum resultado significativo fora obtido. A COOMFLONA não possui nenhum de seus cooperados atuando em cargos políticos como vereador. Suas temáticas, a priori, objetivam ser encaminhadas aos órgãos competentes por cada questão (na maioria, órgãos públicos).

Desafios e problemas relacionados às Associações

Sérgio pensa que as associações da FLONA Tapajós estão muito na “espera”. A maioria das coisas não são realizadas. Exemplo: a má estrutura das escolas. As comunidades em geral se acomodam, “esperam” o governo agir.

Poder-se-ia realizar parcerias como forma de solucionar questões das comunidades. A COOMFLONA, atualmente, prontificou-se a fornecer às comunidades recursos como óleo, motor, caçamba de maneira a facilitar a pesca. Já a prefeitura até fornece máquinas que lhes seriam úteis, entretanto, sem combustível, com o qual a população tem dificuldade de conseguir.

Sérgio: “Parcerias para ver o negócio acontecer”.

Como outros problemas ainda presentes podem-se citar: falta de transporte e mal sinal de telefonia celular, dificultando muito a comunicação entre os cidadãos. “Melhorou bastante, mas ainda falta muita coisa”. As pessoas têm conhecimento da existência dos recursos mas não chegam até eles.

Pessoas agem de forma “instantânea”, de acordo com o que os políticos oferecem instantaneamente em troca de seus votos, caracterizando práticas de suborno.

Relação com o Conselho da Cidadania

De acordo com Sérgio, ele não possui nenhuma relação com o Conselho da Cidadania, entretanto, a COOMFLONA, sim.

PERCEPCÕES GERAIS

Sérgio parecia falar de forma praticamente pessoal, sem receio político ou fortes influências externas a não ser a respeito da preservação e cuidado com a FLONA Tapajós. Após algum tempo de entrevista, chegou um colega seu, professor na escola da comunidade de Piquiatuba, o qual contribuiu com algumas opiniões.

- A) Visão e tipo de minipúblico
- B) QUEM? Recrutamento e seleção dos participantes
- C) O QUÊ? Assunto e escopo das deliberações
- D) COMO? Modo de deliberação
- E) QUANDO? Recorrência
- F) POR QUÊ? Interesses em jogo (*stakes*)
- G) EMPOWERMENT
- H) Monitoramento

Data: 09/07/2012

Nome: **GUILHERME CARVALHO**

Cargo/instituição/comunidade: FASE

Telefone:

Entrevista por: Gabriela Fernandez, Manuela Malheiros e Patrícia Prette (ponto focal)

Equipe FGV: Gabriela Fernandez, Graziela Azevedo, Manuela Malheiros e Patrícia Prette.

História de vida e experiências/Experiências de engajamento e participação

CONSELHO DA CIDADANIA

Criação do Conselho da Cidadania

Realizou-se um diagnóstico sobre o que era Belterra através de questionários, entrevistas, pesquisas e, posteriormente, pretendeu-se devolver às pessoas as informações adquiridas, mostrando os resultados da análise desenvolvida (divulgação). Divulgação, por exemplo, através de mapas (só a partir da designação de Belterra como município, a área passou a ser mapeada), identificando as diversas comunidades presentes na região do município, bem como da capacitação social em interpretar os resultados obtidos. Foram elaboradas leis, com ajuda da UFPA, serviço social e profissionais do Direito, para estabelecer Belterra como município de fato.

O Plano Diretor de Belterra se distingue dos de outros municípios. Foi construído o sistema de planejamento e gestão, o POP (Projeto de Orçamento Participativo), sendo que as questões econômicas municipais seriam abrangidas também pelo Plano Diretor. Em 2007 o Plano Diretor foi aprovado e começou a sua implementação, dando origem, posteriormente, ao Conselho da Cidadania.

Estrutura do Conselho da Cidadania

Papel do Conselho da Cidadania e seu conselheiro

O Conselho da Cidadania tem como uma de suas principais atividades o poder de decisão sobre diversas questões municipais, composto pelos conselheiros os quais devem servir como instrumento de questionamento e divulgação sobre as questões sociais a todos os indivíduos.

Desafios do Conselho da Cidadania

É adepto da metodologia de envolvimento da população. Todas as comunidades foram visitadas, porém a capacitação, a passagem de conhecimento às pessoas para que possam discutir e pensar questões políticas, ainda é falha.

Compõem as principais dificuldades o fornecimento de recursos, a capacitação da população tanto para a interpretação dos problemas quanto para o controle das ações dos órgãos públicos.

Com a crise, Belterra perdeu uma quantidade grande de capital. A partir do fato de que o município depende do volume de recursos proveniente do governo, a região fica ainda mais à mercê dos interesses políticos econômicos. A partir do momento em que o governo decide, por exemplo, diminuir a quantidade de impostos sobre a indústria automotiva, o município sai prejudicado, pois seus recursos vêm da arrecadação pública.

Como outro problema perceptível, há ainda, na composição dos Conselhos, mais homens que mulheres, sendo que a eleição é realizada pelo Congresso. Ocorre de 3 em 3 anos. Dever-se-ia haver uma definição de regras para a distribuição de recursos, cujo maior problema ainda seria o controle, a fiscalização do cumprimento das regras e modernização do planejamento.

A política de comunicação também aparece de forma negativa, deixando a desejar em aspectos tais quais o fornecimento de informação clara, objetiva, adequada, consistente e a qualquer tempo, integrada. A população não lê, possui muita dificuldade neste aspecto, as comunidades são ainda muito isoladas umas das outras. Poderia haver uma rádio comunitária ou então, a sua melhor utilização (se já existir). Muitas empresas e órgãos públicos não possuem interesses na existência de estabelecimentos como esses, facilitadores da comunicação entre a população, que possibilitaria o atingimento de diferentes extratos da sociedade, como por exemplo, crianças e adolescentes, o que seria ótimo para o desenvolvimento da sociedade e prejudicial aos atos ilegais provavelmente, praticados por muitos.

Temas tratados nas reuniões do Conselho de Cidadania

O Conselho da Cidadania proveu a noção de cidadania, o que ainda procura promover entre os munícipes. Belterra avançou muito neste quesito.

Reuniões: De acordo com Guilherme, a reunião do dia 09/07 foi muito rápida. Normalmente, “é muito diferente do que foi hoje”. “Conjunto diferente que as pessoas trazem para as discussões hoje em relação a antes”.

CONSELHO DISTRITAL

Criação do Conselho Distrital

Estrutura do Conselho Distrital

Temas tratados nas reuniões dos Conselhos Distritais

Encaminhamento de questões dos Conselhos Distritais

Desafios e problemas relacionados aos Conselhos Distritais

Relação com o Conselho da Cidadania

ASSOCIAÇÕES

Criação da Associação

FASE – uma organização nacional, cuja sede fica no Rio de Janeiro, estando também presente em outros estados como PE, BA, PA, MT, ES, além de já terem passado por RS, SP, AM, entre outros. Hoje, há uma mudança profunda na cooperação internacional. Pelo fato do Brasil se mostrar como um país emergente, passando uma imagem diferenciada internacionalmente, parece que o país “não precisa mais de tanto suporte”, gerando uma certaxenofobia, ou seja, não realizando mais parcerias significativas com organizações internacionais de atuações compatíveis.

Estrutura da Associação

Suas agências são atreladas ao governo. Anteriormente, no início de sua atuação como organização, relacionava-se com igrejas de diversas religiões. A FASE é fiscalizada atualmente, tratada como uma empresa normal, sujeita à auditoria.

A FASE aplicava os recursos da Fundação FORD. Não possuem mais o processo de investimento da FORD.

Temas tratados nas reuniões das Associações

Atualmente, a FASE está brigando pela elaboração de um fundo público destinado ao aproveitamento de pequenos municípios.

Encaminhamento de questões das Associações

Desafios e problemas relacionados às Associações

A FASE procura analisar a diversidade urbana, para assim, poder estabelecer o modo de lidar com cada região e suas respectivas necessidades.

“Focamos que a política urbana nacional abranja os municípios tratando a Periurbanidade”.

“É preciso ter uma política nacional de institucionalização dos municípios”

Relação com o Conselho da Cidadania

FASE acompanha sempre as reuniões do Conselho da Cidadania.

PERCEPÇÕES GERAIS

Conhece o atual prefeito do município de Belterra desde a década de 80, quando ele ainda pertencia ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, de onde foi retirado pelos militares

que se encontravam no poder político nacional. De acordo com Guilherme, boa parte do grupo é atuante até os dias de hoje, MST (Movimento dos Sem Terra), surgiu por essa região. Belterra tinha que elaborar o Plano Diretor. O prefeito Geraldo Pastana o chamou para realizar parcerias em função da elaboração do Plano.

“Antigamente, a prefeitura era um balcão de negócios”.

De acordo com Guilherme, a prefeitura não aplicaria sozinha seus recursos, sem contatar outras organizações que a ajudassem no investimento das questões públicas em geral. Entraria em contato com grupos, organizações e associações voltados a determinados assunto que envolvem aspectos públicos, cada um com determinada especialidade em um tema.

Empresas de consultoria mandavam para alguns municípios o Plano Diretor pronto, o que o prefeito Pastana não desejava que acontece no caso do município de Belterra.

Minorias > “Nós não vamos trabalhar para o governo”.

“Política pública não é igualar todo mundo. É tratar diferente quem é diferente”.
“É preciso dar uma atenção diferenciada às mulheres”. Dar atenção à capacidade de monitoramento.

A) Visão e tipo de minipúblico

B) QUEM? Recrutamento e seleção dos participantes

C) O QUÊ? Assunto e escopo das deliberações

D) COMO? Modo de deliberação

E) QUANDO? Recorrência

F) POR QUÊ? Interesses em jogo (*stakes*)

G) EMPOWERMENT

H) Monitoramento

Anexo 4. Documentação fotográfica da experiência

A equipe de pesquisadoras selecionou algumas imagens a fim de melhor exemplificar o contexto da experiência vivenciada por meio da oportunidade de pesquisa do Conexão Local 2012, em Belterra, Baixa Amazônia, no Estado do Pará.

FONTE: Autoria própria.



Figura 1: Comunidade Jamaraquá



Figura 2: Cozinha de comunitária de Piquiatuba



Figura 3: Comunidade Maguari



Figura 4: Locomoção para as comunidades ribeirinhas - Rio Tapajós

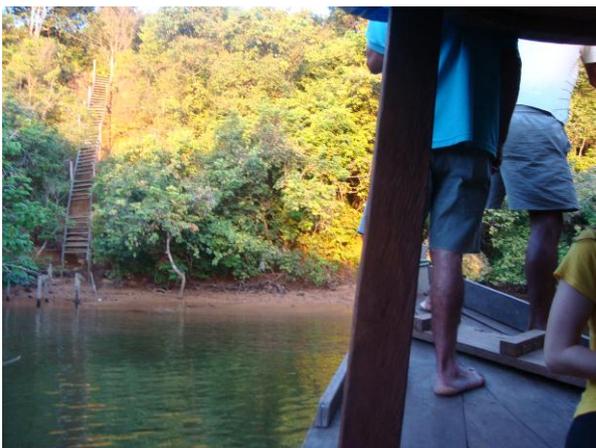


Figura 5: Acesso a comunidade Acaratinga



Figura 6: Meio de transporte utilizado nas visitas às comunidades ribeirinhas

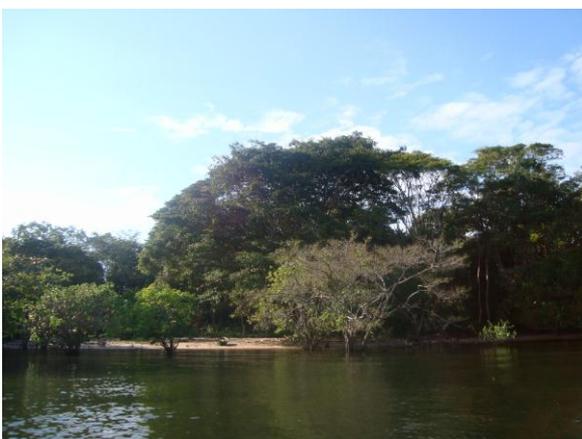


Figura 7: Vista da comunidade Pedreira



Figura 8: Comunidade Pedreira - auxílio do líder comunitário Sr. Raimundo Pedroso



Figura 9: Habitação da equipe na comunidade Jamaraquá



Figura 10: Casa de um comunitário à beira da estrada



Figura 11: Vista da comunidade São Domingos



Figura 12: Principal meio de transporte dos comunitários



Figura 13: Assembléia do Conselho da Cidadania realizada na sede do município de Belterra



Figura 14: Casa do comunitário de Jamaraquá e Conselheiro Distrital, Sr. Pedrinho



Figura 15: Equipe de pesquisadoras